

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	19
DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	137
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	140
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	141
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	142

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	400.007.354
Preferenciais	191.467.177
Total	591.474.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	3.592.500
Total	3.592.500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	27.280.368	20.609.927
1.01	Ativo Circulante	10.003.795	10.978.867
1.01.01	Disponibilidades	112.514	253.599
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	456.257	855.982
1.01.02.01	Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.999	630.093
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	441.258	225.889
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	720.385	48.723
1.01.04	Relações Interfinanceiras	148.552	85.591
1.01.06	Operações de Crédito	7.407.641	8.550.020
1.01.06.01	Operações com características de concessão de crédito	7.979.787	9.046.463
1.01.06.02	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-572.146	-496.443
1.01.08	Outros Créditos	1.030.351	1.082.489
1.01.08.02	Diversos	1.030.351	1.082.489
1.01.09	Outros Valores e Bens	128.095	102.463
1.01.09.01	Bens não de uso próprio	64.222	65.092
1.01.09.02	Despesas antecipadas	63.873	37.371
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.444.784	6.423.763
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	44.799	4.213
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	5.597.348	2.185.478
1.02.05	Operações de Crédito	3.683.834	1.292.908
1.02.05.01	Operações com características de concessão de crédito	3.763.731	1.341.026
1.02.05.02	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-79.897	-48.118
1.02.07	Outros Créditos	3.031.785	2.878.234
1.02.07.01	Créditos tributários	2.370.192	2.252.323
1.02.07.02	Outros créditos	661.593	625.911
1.02.08	Outros Valores e Bens	87.018	62.930
1.02.08.01	Despesas antecipadas	87.018	62.930
1.03	Ativo Permanente	4.831.789	3.207.297
1.03.01	Investimentos	4.599.809	3.086.639
1.03.01.01	Dependências no Exterior	280.354	199.379
1.03.01.02	Participações em Controladas	4.317.919	2.886.522
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.536	738
1.03.02	Imobilizado de Uso	102.656	109.282
1.03.02.01	Imobilizado de uso	278.840	275.746
1.03.02.02	Depreciação acumulada	-176.184	-166.464
1.03.04	Intangível	129.324	11.376
1.03.04.02	Outros	164.287	18.094
1.03.04.03	Amortização acumulada de ativos intangíveis	-34.963	-6.718

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	27.280.368	20.609.927
2.01	Passivo Circulante	11.333.867	8.095.141
2.01.01	Depósitos	5.988.854	5.635.765
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.713.750	21.604
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.227.652	274.260
2.01.04	Relações Interfinanceiras	158.083	153.719
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	9.099	19.466
2.01.09	Outras Obrigações	1.236.429	1.990.327
2.01.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	50.383	95.183
2.01.09.02	Provisão para imposto de renda e contribuição social a recolher	11.873	13.566
2.01.09.03	Provisão para pagamentos a efetuar	194.838	134.580
2.01.09.04	Sociais e estatutárias	104.297	189.114
2.01.09.05	Outros impostos e contribuições a recolher	61.625	28.345
2.01.09.06	Diversas	813.413	1.529.539
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	11.884.765	8.486.506
2.02.01	Depósitos	9.262.210	6.546.468
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	641.265	452.578
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	497.421	491.207
2.02.09	Outras Obrigações	1.483.869	996.253
2.02.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	35.878	35.674
2.02.09.02	Para garantias financeiras prestadas	5.416	5.469
2.02.09.03	Para causas judiciais	598.315	580.611
2.02.09.04	Obrigações fiscais diferidas	121.444	33.532
2.02.09.05	Diversas	722.816	340.967
2.05	Patrimônio Líquido	4.061.736	4.028.280
2.05.01	Capital Social Realizado	3.742.571	3.742.571
2.05.02	Reservas de Capital	2.670	0
2.05.02.01	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	2.670	0
2.05.04	Reservas de Lucro	371.437	287.558
2.05.04.01	Legal	111.379	98.739
2.05.04.02	Estatutária	267.961	182.925
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-7.903	5.894
2.05.04.07.01	Outras	5.894	5.894
2.05.04.07.02	Ações em tesouraria	-13.797	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-54.942	-1.849
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-54.942	-1.849

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.002.858	2.948.825	923.781	2.655.654
3.01.01	Operações de crédito	898.282	2.712.330	837.541	2.387.259
3.01.02	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	74.254	158.342	49.531	159.641
3.01.03	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	30.322	78.153	36.709	108.754
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-483.417	-1.428.877	-508.347	-1.449.038
3.02.01	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-63.437	1.448	106.651	122.691
3.02.02	Captação no mercado	-199.847	-858.841	-448.615	-1.115.336
3.02.03	Operações de empréstimos, cessões e repasses	-2.621	-11.626	-12.948	-31.352
3.02.05	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-217.512	-559.858	-153.435	-425.041
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	519.441	1.519.948	415.434	1.206.616
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-405.175	-1.205.943	-342.024	-961.742
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	13.310	42.037	11.095	29.834
3.04.02	Despesas de Pessoal	-64.809	-190.896	-45.844	-136.590
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-233.957	-691.457	-204.969	-563.258
3.04.04	Despesas Tributárias	-32.399	-97.316	-28.865	-78.795
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	130.117	303.354	45.342	122.550
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-255.488	-683.718	-144.843	-394.390
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	38.051	112.053	26.060	58.907
3.05	Resultado Operacional	114.266	314.005	73.410	244.874
3.06	Resultado Não Operacional	430	898	113	65
3.06.01	Receitas	787	1.411	403	2.742
3.06.02	Despesas	-357	-513	-290	-2.677
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	114.696	314.903	73.523	244.939
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-5.435	-89.983	2.540	-11.747
3.08.01	Imposto de renda	-3.114	-51.035	1.571	-7.593
3.08.02	Contribuição social	-2.321	-38.948	969	-4.154
3.09	IR Diferido	-1.982	74.553	-5.001	-10.441

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-10.672	-46.672	-5.000	-17.804
3.10.01	Participações	-10.672	-46.672	-5.000	-17.804
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	96.607	252.801	66.062	204.947
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,1529	0,427	0,1299	0,4099

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	96.607	252.801	66.062	204.947
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-50.948	-53.093	1.260	1.205
4.02.01	Títulos disponíveis para venda – Próprios	-102.440	-96.611	-968	-609
4.02.02	Títulos disponíveis para venda – De Controladas	-51	-57	1	3
4.02.03	Hedge de fluxo de caixa	9.901	167	3.066	2.612
4.02.04	Efeitos tributários	41.642	43.408	-839	-801
4.03	Resultado Abrangente do Período	45.659	199.708	67.322	206.152

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.024.739	77.591
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	571.212	606.165
6.01.01.01	Lucro líquido do período	252.801	204.947
6.01.01.02	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	2.670	0
6.01.01.03	Depreciações	22.130	18.403
6.01.01.04	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	559.858	425.041
6.01.01.05	Amortizações	17.200	1.264
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-74.553	10.441
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-112.053	-58.907
6.01.01.08	Ajuste de marcação a mercado hedge de fluxo de caixa	112	1.567
6.01.01.09	Variação cambial de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	0	1.408
6.01.01.10	Variação cambial de captações	-271.367	-122.922
6.01.01.11	Variação cambial de obrigações por empréstimos e repasses	0	-2.705
6.01.01.12	Amortização de ágio	108.781	108.780
6.01.01.13	Provisão para contingências	17.704	14.597
6.01.01.14	Efeito das mudanças das taxas de Câmbio em caixa e equivalentes de caixa	47.929	4.251
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.453.527	-528.574
6.01.02.01	(Aumento) em depósitos interfinanceiros	-255.955	-357.817
6.01.02.02	(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	-4.136.625	-68.391
6.01.02.03	(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	-62.961	-11.774
6.01.02.04	(Aumento) em operações de crédito	-1.808.405	-1.499.029
6.01.02.05	(Aumento) Redução em outros créditos	-93.762	69.025
6.01.02.06	(Aumento) Redução em outros valores e bens	-49.720	2.034
6.01.02.07	Aumento em depósitos	3.068.831	1.056.646
6.01.02.08	Aumento em captações mercado aberto	1.692.146	27.212
6.01.02.09	Aumento em recursos de aceites e emissões de títulos	2.413.446	315.443
6.01.02.10	Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-4.153	4.024
6.01.02.11	Aumento em relações interfinanceiras	4.364	12.201
6.01.02.12	(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	-44.596	17.737
6.01.02.13	Aumento (Redução) provisões, obrigações fiscais diferidas e outras obrigações	745.039	-90.087
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-14.122	-5.798
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.595.445	-33.611
6.02.01	Aquisição de imobilizado de uso	-23.578	-20.620
6.02.02	Alienação de imobilizado de uso	8.074	1.313
6.02.03	Aumento de capital em controlada	-1.500.000	0
6.02.04	Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	-15.000	-11.022
6.02.05	Aquisição de intangível	-64.941	-6.699
6.02.06	Dividendos recebidos de coligadas	0	3.417
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.137.544	5.287
6.03.01	Emissão de instrumentos de dívida elegíveis a capital	0	124.096

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.03.02	Juros sobre capital próprio pagos	-130.584	-118.809
6.03.03	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-107.197	0
6.03.04	Liquidação e pagamentos de juros de dívidas subordinadas	-899.763	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-47.929	-4.251
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-756.179	45.016
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	883.692	853.274
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	127.513	898.290

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.742.571	0	0	287.558	0	-1.849	4.028.280
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.742.571	0	0	287.558	0	-1.849	4.028.280
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	252.801	0	252.801
5.05	Destinações	0	0	0	192.761	-252.801	0	-60.040
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-60.040	0	0	-60.040
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	252.801	-252.801	0	0
5.05.03.01	Constituição de Reservas de lucros	0	0	0	252.801	-252.801	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	-1.685	0	0	-1.685
5.06.01	Utilização de Reservas	0	0	0	-1.685	0	0	-1.685
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-53.093	-53.093
5.07.04	Variação em outros resultados abrangentes	0	0	0	0	0	-53.093	-53.093
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	2.670	0	0	0	0	2.670
5.09.01	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	0	2.670	0	0	0	0	2.670
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-107.197	0	0	-107.197
5.13	Saldo Final	3.742.571	2.670	0	371.437	0	-54.942	4.061.736

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.542.571	0	0	108.879	0	-11.159	2.640.291
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.542.571	0	0	108.879	0	-11.159	2.640.291
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	204.947	0	204.947
5.05	Destinações	0	0	0	91.379	-204.947	0	-113.568
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-113.568	0	0	-113.568
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	204.947	-204.947	0	0
5.05.03.01	Constituição de Reservas de lucros	0	0	0	204.947	-204.947	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.205	1.205
5.07.04	Variação em outros resultados abrangentes	0	0	0	0	0	1.205	1.205
5.13	Saldo Final	2.542.571	0	0	200.258	0	-9.954	2.732.875

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	2.735.769	2.385.559
7.01.01	Intermediação Financeira	2.870.672	2.546.900
7.01.02	Prestação de Serviços	42.037	29.834
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-559.858	-425.041
7.01.04	Outras	382.918	233.866
7.01.04.01	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	78.153	108.754
7.01.04.02	Outras receitas operacionais	303.354	122.550
7.01.04.03	Não operacionais	1.411	2.562
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.553.250	-1.420.884
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-532.295	-427.833
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-65.088	-62.233
7.03.02	Serviços de Terceiros	-88.948	-78.494
7.03.04	Outros	-378.259	-287.106
7.03.04.01	Comunicação	-25.519	-19.697
7.03.04.02	Propaganda, promoções e publicidade	-93.683	-79.765
7.03.04.03	Processamento de dados	-71.272	-48.837
7.03.04.04	Serviços técnicos especializados	-166.099	-129.901
7.03.04.05	Taxas e emolumentos bancários	-17.480	-4.993
7.03.04.06	Transporte	-4.206	-3.913
7.04	Valor Adicionado Bruto	650.224	536.842
7.05	Retenções	-148.111	-128.447
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-148.111	-128.447
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	502.113	408.395
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	112.053	58.907
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	112.053	58.907
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	614.166	467.302
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	614.166	467.302
7.09.01	Pessoal	237.568	154.394
7.09.01.01	Remuneração Direta	162.784	100.492
7.09.01.02	Benefícios	33.803	24.613
7.09.01.03	F.G.T.S.	13.039	15.834
7.09.01.04	Outros	27.942	13.455
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	112.746	100.983
7.09.02.01	Federais	109.358	98.231
7.09.02.02	Estaduais	159	182
7.09.02.03	Municipais	3.229	2.570
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.051	6.978
7.09.03.01	Aluguéis	11.051	6.978
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	252.801	204.947
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	252.801	204.947

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	24.861.671	19.573.480
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	191.072	903.029
1.01.01	Disponibilidades	176.073	272.936
1.01.02	Aplicações no mercado aberto	14.999	630.093
1.02	Ativos Financeiros	19.506.594	13.785.838
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	1.002.228	542.724
1.02.01.03	Instrumentos financeiros derivativos	381.241	204.946
1.02.01.04	Operações de crédito	573.535	254.723
1.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	47.452	83.055
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	5.934.715	2.113.515
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	5.934.715	2.113.515
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	12.569.651	11.129.599
1.02.03.01	Aplicação em depósitos interfinanceiros	46.570	46.477
1.02.03.02	Títulos e Valores Mobiliários	5.257	11.316
1.02.03.03	Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	174.057	86.397
1.02.03.04	Operações de crédito	12.613.533	11.356.105
1.02.03.05	Devedores diversos	975.425	689.651
1.02.03.06	Provisão para perdas por não recuperação (Impairment)	-1.245.191	-1.060.347
1.03	Tributos Diferidos	2.700.370	2.663.301
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.316.390	2.285.762
1.03.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	73.572	69.256
1.03.03	Outros impostos e contribuições a recuperar	310.408	308.283
1.04	Outros Ativos	1.169.929	1.049.400
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	64.306	64.979
1.04.03	Outros	655.898	607.169
1.04.04	Depósitos compulsórios no Banco Central	44.632	2.925
1.04.05	Depósitos judiciais	405.093	374.327
1.05	Investimentos	1.693	0
1.05.04	Outros Investimentos	1.693	0
1.06	Imobilizado	130.292	141.281
1.06.01	Imobilizado de Uso	130.292	141.281
1.07	Intangível	1.161.721	1.030.631
1.07.01	Intangíveis	1.161.721	1.030.631

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	24.861.671	19.573.480
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	1.797.411	130.857
2.01.01	Operações compromissadas	1.711.150	0
2.01.02	Instrumentos financeiros derivativos	86.261	130.857
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	16.781.181	13.520.136
2.03.01	Depósitos de clientes	12.066.376	10.169.228
2.03.02	Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	761.154	505.589
2.03.03	Obrigações por empréstimos e repasses	788.648	712.225
2.03.04	Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	2.459.616	667.446
2.03.05	Dívidas subordinadas	132.359	850.685
2.03.06	Outros passivos financeiros	573.028	614.963
2.04	Provisões	622.006	618.925
2.05	Passivos Fiscais	116.937	84.323
2.05.01	Imposto de renda e contribuição social a recolher	33.300	40.186
2.05.02	Outros impostos e contribuições a recolher	83.637	44.137
2.06	Outros Passivos	1.442.298	1.149.891
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	4.101.838	4.069.348
2.08.01	Capital Social Realizado	3.742.572	3.742.572
2.08.02	Reservas de Capital	2.670	0
2.08.02.06	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	2.670	0
2.08.04	Reservas de Lucros	497.049	605.931
2.08.04.01	Reserva Legal	504.952	600.037
2.08.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	5.894	5.894
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	-13.797	0
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-127.011	-319.273
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-28.494	24.599
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	15.052	15.519

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.029.202	2.953.282	906.338	2.583.476
3.01.01	Receita de juros e rendimentos similares	1.029.202	2.953.282	906.338	2.583.476
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-177.120	-717.591	-414.801	-1.049.615
3.02.01	Despesa de juros e similares	-177.120	-717.591	-414.801	-1.049.615
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	852.082	2.235.691	491.537	1.533.861
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-736.157	-1.945.820	-399.623	-1.236.036
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	-21.804	73.937	40.873	114.202
3.04.02	Despesas de Pessoal	-106.296	-328.411	-66.219	-188.200
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-217.389	-658.475	-198.629	-535.933
3.04.04	Despesas Tributárias	-33.424	-116.540	-34.519	-93.395
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	-32.101	82.106	143.767	232.112
3.04.05.01	Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-63.437	1.448	106.651	122.691
3.04.05.02	Recuperação de créditos baixados como prejuízo	30.842	79.566	36.979	109.334
3.04.05.03	Outras resultados não operacionais	494	1.092	137	87
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-325.699	-998.993	-284.896	-764.822
3.04.06.01	Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	-255.434	-688.581	-179.427	-502.999
3.04.06.02	Outras receitas (despesas) operacionais	-70.265	-310.412	-105.469	-261.823
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	556	556	0	0
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	115.925	289.871	91.914	297.825
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.584	-40.544	-16.577	-69.852
3.06.01	Corrente	-3.381	-28.795	-13.828	-38.652
3.06.02	Diferido	-19.203	-11.749	-2.749	-31.200
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	93.341	249.327	75.337	227.973
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	93.341	249.327	75.337	227.973
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	95.055	252.302	75.023	227.876
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.714	-2.975	314	97
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0	0,4262	0	0,4557

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,1503	0,4262	-0,1557	0,4557
3.99.01.02	PN	0,1503	0,4262	-0,1557	0,4557
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,1503	0,4262	-0,1557	0,4557
3.99.02.02	PN	0,1503	0,4262	-0,1557	0,4557

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	93.341	249.327	75.337	227.973
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-50.947	-53.093	1.260	1.205
4.02.01	Variação no valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	-94.813	-88.692	-966	-604
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	9.865	167	3.066	2.612
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes do período	34.001	35.432	-840	-803
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	42.394	196.234	76.597	229.178
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	44.108	199.209	76.283	229.081
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.714	-2.975	314	97

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 30/09/2020	Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	561.741	102.941
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	776.627	681.523
6.01.01.01	Lucro líquido do período atribuível aos controladores	252.302	227.876
6.01.01.02	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	2.670	0
6.01.01.03	Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	688.581	502.999
6.01.01.04	Resultado de participações em coligadas e controladas	-556	0
6.01.01.05	Depreciações	25.502	20.217
6.01.01.06	Amortizações	16.593	0
6.01.01.07	Ajuste de marcação a mercado Hedge de fluxo de caixa	112	1.567
6.01.01.08	Variação cambial de títulos e valores mobiliários	0	1.408
6.01.01.09	Variação cambial de captações	-271.367	-122.922
6.01.01.10	Variação cambial de obrigações por empréstimos e repasses	0	-2.705
6.01.01.11	Provisões para contingências	3.082	17.626
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.749	31.200
6.01.01.13	Efeitos das mudanças das taxas de Câmbio em caixa e equivalentes de caixa	47.959	4.257
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-214.886	-578.582
6.01.02.01	(Aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central	-41.707	-936
6.01.02.02	(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-283.209	-128.432
6.01.02.03	(Aumento) Redução em valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	-3.874.405	330.711
6.01.02.04	(Aumento) em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-2.128.633	-1.779.008
6.01.02.05	(Aumento) Redução em impostos e contribuições a recuperar	-6.441	4.751
6.01.02.06	(Aumento) Redução em impostos e contribuições diferidos	-42.377	1.645
6.01.02.07	(Aumento) Redução em ativos não correntes destinados à venda	-15.920	9.627
6.01.02.08	(Aumento) em outros ativos	-48.730	65.341
6.01.02.09	(Aumento) em depósitos judiciais	-30.766	-38.388
6.01.02.10	Aumento (Redução) em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.490.259	-53.178
6.01.02.11	Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado	3.532.413	1.100.866
6.01.02.12	Aumento em imposto de renda e contribuição social corrente	65.566	20.793
6.01.02.13	Aumento (Redução) em outros passivos e provisões	1.202.016	-84.595
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-32.952	-27.779
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87.728	-59.116
6.02.01	Aquisição de intangível	-73.215	-22.305
6.02.02	Aquisições de imobilizado de uso	-23.870	-38.249
6.02.03	Alienação de imobilizado de uso	9.357	1.438
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.138.011	6.915
6.03.01	Juros sobre capital próprio pagos	-130.584	-118.809
6.03.02	Emissão de instrumentos de dívida elegíveis a capital	0	124.096

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.03.03	Aumento (Redução) em participação de acionistas não controladores	-467	1.628
6.03.04	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-107.197	0
6.03.05	Liquidação e pagamentos de principal e juros de dívidas subordinadas	-899.763	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-47.959	-4.257
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-711.957	46.483
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	903.029	871.825
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	191.072	918.308

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.742.572	0	605.931	-319.273	24.599	4.053.829	15.519	4.069.348
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.742.572	0	605.931	-319.273	24.599	4.053.829	15.519	4.069.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.127	-93.400	-60.040	0	-164.567	0	-164.567
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.670	0	0	0	2.670	0	2.670
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-107.197	0	0	0	-107.197	0	-107.197
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-60.040	0	-60.040	0	-60.040
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	93.400	-93.400	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	252.302	-53.093	199.209	-2.975	196.234
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	252.302	0	252.302	-2.975	249.327
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-53.093	-53.093	0	-53.093
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-53.093	-53.093	0	-53.093
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.685	0	0	-1.685	2.508	823
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	0	0	2.508	2.508
5.06.04	Utilização de Reservas	0	0	-1.685	0	0	-1.685	0	-1.685
5.07	Saldos Finais	3.742.572	-11.127	510.846	-127.011	-28.494	4.086.786	15.052	4.101.838

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.542.572	0	427.252	-339.180	-11.159	2.619.485	3.626	2.623.111
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.542.572	0	427.252	-339.180	-11.159	2.619.485	3.626	2.623.111
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-113.568	0	0	-113.568	0	-113.568
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-113.568	0	0	-113.568	0	-113.568
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	227.876	1.205	229.081	97	229.178
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	227.876	0	227.876	97	227.973
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.205	1.205	0	1.205
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	204.947	-204.947	0	0	1.531	1.531
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	204.947	-204.947	0	0	1.531	1.531
5.07	Saldos Finais	2.542.572	0	518.631	-316.251	-9.954	2.734.998	5.254	2.740.252

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	2.596.540	2.561.319
7.01.01	Intermediação Financeira	2.954.730	2.706.167
7.01.02	Prestação de Serviços	73.937	114.202
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-688.581	-502.999
7.01.04	Outras	256.454	243.949
7.01.04.01	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	79.566	109.334
7.01.04.02	Outras receitas operacionais	175.796	134.528
7.01.04.03	Não operacionais	1.092	87
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.203.799	-1.445.966
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-595.181	-482.436
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-75.117	-72.180
7.03.02	Serviços de Terceiros	-104.598	-91.603
7.03.04	Outros	-415.466	-318.653
7.03.04.01	Comunicação	-30.724	-21.857
7.03.04.02	Propaganda, promoções e publicidade	-100.023	-83.593
7.03.04.03	Processamento de dados	-76.379	-54.730
7.03.04.04	Serviços técnicos especializados	-184.633	-147.881
7.03.04.05	Taxas e emolumentos bancários	-17.632	-5.024
7.03.04.06	Transporte	-6.075	-5.568
7.04	Valor Adicionado Bruto	797.560	632.917
7.05	Retenções	-42.095	-20.217
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.095	-20.217
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	755.465	612.700
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	556	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	556	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	756.021	612.700
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	756.021	612.700
7.09.01	Pessoal	328.411	206.004
7.09.01.01	Remuneração Direta	174.117	117.273
7.09.01.02	Benefícios	102.370	51.670
7.09.01.03	F.G.T.S.	51.924	37.061
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	157.084	163.247
7.09.02.01	Federais	148.896	159.383
7.09.02.02	Estaduais	1.628	0
7.09.02.03	Municipais	6.560	3.864
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.199	15.476
7.09.03.01	Aluguéis	21.199	15.476
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	249.327	227.973
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	249.327	227.973

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco BMG S.A. e de suas Controladas ("Bmg"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras Intermediárias em IFRS do período findo em 30 de setembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg

Somos um banco completo com a missão de popularizar os serviços financeiros no Brasil. Temos uma história de 90 anos marcada por tradição e inovação. Um banco ágil, tecnológico e cheio de vantagens centradas nas necessidades dos clientes.

A criação, evolução e a oferta de produtos, bem como os canais de distribuição são concebidos com base nas necessidades dos clientes ao longo do seu ciclo de vida. O Bmg acredita que para ser presente na vida dos seus clientes precisa estar pronto para ajudar sempre que ele precisar, independente do canal ou forma de relacionamento. Com toda curva de aprendizado de ser uma das principais plataformas de financiamento ao consumo do Brasil, desenvolvemos o conceito de complementariedade dos canais, oferecendo aos clientes o melhor entre os mundos físico e digital sendo o primeiro e único Figital.

Os clientes elegíveis para produtos de consignação representam a maior base de clientes ativos do Banco atualmente e usualmente iniciam seu relacionamento com o cartão de crédito consignado, um dos meios de pagamento democrático, atrelado às menores taxas de juros disponíveis no mercado. Por meio do cartão de crédito consignado promovemos a inclusão financeira e digital de forma sustentável e segura.

Para os clientes pessoa física do mar aberto (aqueles que não possuem perfil de consignação), temos uma proposta de valor única – o conceito de conta positiva. Estes já representam a maior parte dos novos clientes que procuraram o Banco no último trimestre. Esse público tem alta familiaridade com o mundo digital – escolhendo esse como seu principal canal de interação com o Banco.

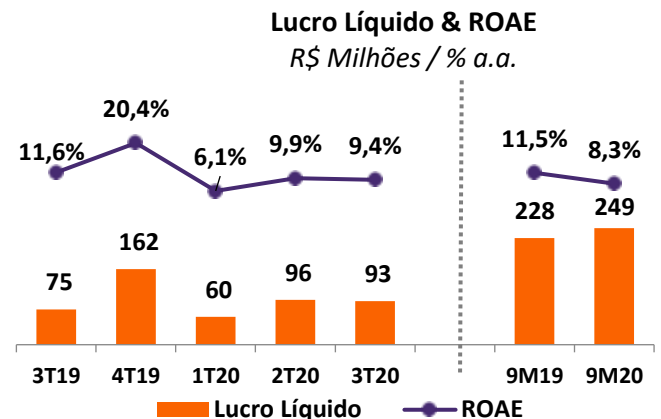
Para as micro e pequenas empresas, o Banco lançou recentemente um banco digital que atende de forma completa as necessidades da maior força empreendedora do país.

Para todos os públicos, o Bmg oferece um banco completo, incluindo serviços de conta corrente, produtos de crédito, seguros, investimentos, *marketplace* e diversos benefícios. A proposta de valor é baseada no conceito de Conta Positiva, queremos que os nossos

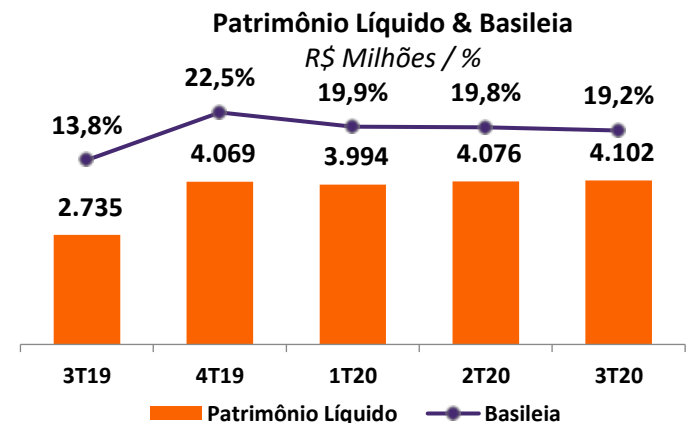
clientes aprendam a poupar e possam ganhar dinheiro utilizando os serviços do Banco.

Desempenho Financeiro

O Lucro Líquido nos primeiros nove meses de 2020 foi de R\$ 249 milhões, comparado a R\$ 228 milhões em igual período de 2019, crescimento de 9,3%. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 8,3% ao ano nos primeiros nove meses de 2020.

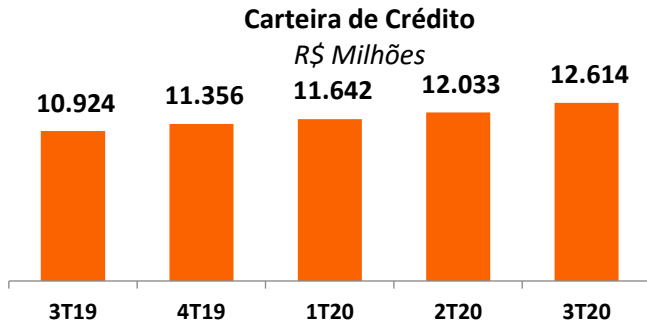


O Patrimônio Líquido consolidado em 30 de setembro de 2020 atingiu o valor de R\$ 4.102 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 19,2%.

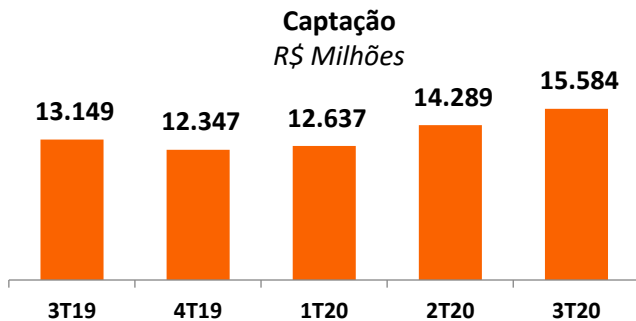


A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou 30 de setembro de 2020 com saldo de R\$12.614 milhões, representando um aumento de 15,5% em comparação ao mesmo período de 2019.

Comentário do Desempenho



A captação total consolidada encerrou o 30 de setembro de 2020 com saldo de R\$15.584 milhões, representando um aumento de 18,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A principal fonte de captação, os depósitos, representa 76,6% do *funding*.



No terceiro trimestre de 2020 o Banco vendeu 40% da sua participação na CMG Corretora, sua subsidiária indireta, para a Wiz, reconhecendo um resultado extraordinário de R\$ 44,8 milhões (R\$ 29 milhões líquido de impostos). Adicionalmente, no mesmo período, o Banco aumentou sua participação na Bmg Granito para 75,0%.

Governança Corporativa

Com uma gestão experiente e profissionalizada, o Bmg optou voluntariamente por práticas de governança corporativa de alto nível, contando com um Conselho de Administração com três membros independentes e composto 50% por mulheres, Comitês estatutários e não estatutários de apoio à administração com a presença da alta administração, processos de *Compliance* e Controles Internos devidamente estruturados, Código de Ética, Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), estrutura de Comitê de Auditoria composto exclusivamente de membros independentes, uma área de Relações com Investidores estratégica e atuante, dentre outras iniciativas.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta. Em 15 de maio de 2020 foi instalado o Conselho Fiscal, de caráter não permanente, pela Assembleia Geral Ordinária.

O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de

possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 381, no período findo em 30 de setembro de 2020, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Pandemia COVID-19

Mais do que tomar todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, o Bmg adaptou sua forma de relacionamento com os clientes, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais. O relacionamento com seus principais parceiros se refinou ainda mais, com destaque para as adaptações no formato de atendimento e formalização, criando assim uma nova alternativa perante a origem dos produtos.

Para clientes, o Bmg estendeu benefícios focados nas necessidades do momento. O Banco lançou o Volta pra Mim Farmácia – benefício temporário no qual ao utilizar os cartões Bmg de débito ou crédito em farmácias, os clientes têm parte do dinheiro gasto de volta para a conta. Além disso, o Bmg realizou uma parceria com a rede de farmácia Pague Menos para desconto de até 30% ao apresentar o cartão de crédito Bmg.

Para os colaboradores, o Bmg reforçou seu compromisso com a transformação, estendendo o modelo de *home office* do corporativo até o final do ano. Com a comprovação do engajamento e da produtividade, já foi anunciada a extensão da prática para 2021. Ainda, pensando no conforto de seus

Comentário do Desempenho

colaboradores, o Banco permitiu a retiradas das cadeiras no escritório, converteu o auxílio transporte em auxílio internet, permitiu a conversão do vale refeição em vale alimentação e aperfeiçoou a comunicação de liderança com o uso de *lives* frequentes.

No âmbito social, o Banco segue fazendo doações, para criação de estruturas exclusivas de combate ao vírus em hospitais e de cestas básicas para distribuição em comunidades carentes.

A rápida resposta e adaptação do Banco diante de um momento tão sensível, só foi possível devido ao forte processo de transformação e modernização em andamento.

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e, parceiros/correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 16 de novembro de 2020.

Notas Explicativas

Informações trimestrais intermediárias individuais e consolidadas em Bacen GAAP em 30 de setembro de 2020 e Relatório sobre as demonstrações financeiras

Os quadros das Informações trimestrais intermediárias Individuais, são apresentados com base nas informações do Banco BMG (individual)

Notas Explicativas



1. Contexto operacional

As operações do Banco BMG S.A ("BMG" ou "Banco") são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições do Grupo Financeiro BMG. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Banco BMG S.A ("BMG" ou "Banco"), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela BMG Participações em Negócios Ltda. e situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil., possui atualmente 4,8 milhões de clientes, oferecendo ao varejo: cartão de crédito consignado, empréstimo consignado, crédito pessoal e seguros massificados via parceria. Adicionalmente, oferece aos clientes de varejo uma gama completa de produtos e serviços em seu banco digital. Aos clientes de atacado oferece financiamento, prestação de serviços financeiros estruturados, instrumentos derivativos e seguro garantia. Adicionalmente, o BMG disponibiliza produtos de investimento para ambos os públicos.

As demonstrações financeiras consolidadas intermediárias incluem o Banco BMG S.A., a subsidiária no exterior BMG Bank (Cayman) Ltd., e as controladas BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, Banco Cifra S.A., Cifra Financeira S.A., e Banco BCV S.A..

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o Banco BMG observa o disposto na Resolução CMN 4.720/2019 e na Circular BACEN nº 3.959/19, passando a apresentar o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

Para melhor entendimento e comparabilidade entre os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, apresentamos a seguir o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2019 reclassificado, conforme Circular BACEN nº 3.959/19.

Notas Explicativas



Ativo	Conglomerado Financeiro		Banco	
	De	Para	De	Para
Disponibilidades	263.220	263.220	253.599	253.599
Aplicações interfinanceiras de liquidez	676.570	630.093	860.195	630.093
Aplicações em depósitos interfinanceiros		46.477		230.102
Títulos e valores mobiliários e derivativos	2.261.014	2.261.014	2.234.201	2.234.201
Relações interfinanceiras	85.808	85.808	85.591	85.591
Operações de crédito	11.006.113	11.006.113	10.387.489	10.387.489
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(582.314)		(544.561)	
<i>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito</i>		(582.314)		(544.561)
Outros créditos	4.432.860	1.782.823	3.960.723	1.708.400
<i>Créditos tributários</i>		2.650.037		2.252.323
Outros valores e bens	166.714	166.714	165.393	165.393
Permanente	600.569	600.569	3.207.297	3.207.297
Total do Ativo	18.910.554	18.910.554	20.609.927	20.609.927

Passivo	Conglomerado Financeiro		Banco	
	De	Para	De	Para
Depósitos	10.271.776	10.271.776	12.182.233	12.182.233
Captações no mercado aberto			21.604	21.604
Recursos de aceites e emissão de títulos	726.838	726.838	726.838	726.838
Relações interfinanceiras	153.793	153.793	153.719	153.719
Obrigações por empréstimos e repasses	712.225	712.225	510.673	510.673
Instrumentos financeiros derivativos	130.857	130.857	130.857	130.857
Outras obrigações	2.886.749	2.084.509	2.855.723	2.087.965
<i>Provisão para imposto de renda e contribuição social a recolher</i>		35.143		13.566
<i>Para pagamentos a efetuar</i>		134.961		134.580
<i>Para passivos contingentes</i>		592.863		580.611
<i>Para garantias financeiras prestadas</i>		5.469		5.469
<i>Obrigações fiscais diferidas</i>		33.804		33.532
Participação de acionistas não controladores	36	36		
Patrimônio Líquido	4.028.280	4.028.280	4.028.280	4.028.280
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	18.910.554	18.910.554	20.609.927	20.609.927

As demonstrações financeiras intermediárias foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 16/11/2020.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional. Desta forma, o Conglomerado, na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, adotou os seguintes pronunciamentos até o presente momento:

Resolução CMN nº 4.144/12 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico
 Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
 Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
 Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
 Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
 Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado
 Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.
 Resolução CMN nº 4.720/19 – CPC 41 (R1) – Resultado por Ação.
 Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 (R1) - Mensuração do Valor Justo.

Alguns números inclusos neste Relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Notas Explicativas



2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco BMG e de suas controladas. As operações da subsidiária no exterior, (Nota 11) são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto os ativos, os passivos e os resultados são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são registrados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução BACEN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Vide Nota 4).

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas e atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Variação do ajuste a valor de mercado”, até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Notas Explicativas



Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

A administração determina diretrizes para a classificação de títulos e valores mobiliários entre as categorias dispostas na Circular BACEN nº 3.068/01. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes. Conforme estabelecido no artigo 5º da referida circular, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Além disso, no caso da transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

(iv) A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Nesses casos, também os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de *hedge*): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de *hedge* de risco de mercado e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa, deduzida dos efeitos tributários.

De acordo com a Resolução CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013, o BMG possui procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade, incluindo, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

(g) Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, conforme determina o artigo 9º da Resolução BACEN nº 2.682/99.

Conforme definido no Cosif, as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar, que são apropriadas de forma "pro-rata" ao resultado do período.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

O Banco também levou em consideração na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.803/20, que dispõe sobre a reclassificação das operações renegociadas entre 1 de março e 30 de setembro de 2020 em função da pandemia da Covid 19 (Vide nota 28) para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020 nas condições especificadas.

Notas Explicativas



(h) Cessão de crédito

A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de créditos em que existe retenção substancial dos riscos e benefícios pelo BMG permanecem registradas no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

(i) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(j) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

(k) Investimentos

Os investimentos em controladas, que apresentam influência significativa, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (vide percentual de participações na Nota 11). Os demais investimentos, são registrados pelo valor de custo e, quando aplicável, ajustados ao seu valor recuperável por meio de constituição de provisão conforme normas vigentes.

(l) Imobilizado de uso

Conforme previsto na Resolução nº 4.535, de 24/11/2016, do CMN, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades do Conglomerado por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável.

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%.

(m) Intangível

São compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de *software* e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, como *ágio* ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a *impairment* anualmente. Ativos intangíveis sujeitos a amortização são avaliados ao

Notas Explicativas



fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

i. Ágio

O ágio é originado no processo de aquisição de controladas. Representa o excesso do custo de aquisição, sobre o valor contábil dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Investimentos" nas demonstrações financeiras intermediárias individuais. Já o ágio originado na aquisição de controladas e consolidadas e subsequentemente incorporadas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Ágios com base na expectativa de rentabilidade futura foram apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na rentabilidade futura dos investimentos. Esses ágios são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição e amortizados (nota 13), como requerem as normas do Cosif, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida e são amortizados em consonância com os prazos de projeções que o justificam ou por sua alienação ou perda. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável.

(n) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

Perdas são reconhecidas no resultado do período caso existam evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

(o) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(p) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda e 15% para a contribuição social até fevereiro de 2020 e 20% a partir de março de 2020 de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

(q) Operações em moedas estrangeiras

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de setembro de 2020, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$5,6407 (em 31/12/2019 – US\$ 1,00 = R\$4,0307).

(r) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

Ativos Contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos,

Notas Explicativas



caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas;

Provisões – são reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias quando, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação (vide Nota 18).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras intermediárias (vide Nota 18).

(s) Plano de remuneração - Administradores

O Banco implantou, a partir de 2012, um Plano de Remuneração específico para os Administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos do Banco e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à remuneração variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos do Conglomerado BMG, às metas individuais e de áreas de atuação dos Administradores.

Adicionalmente, em assembleia geral extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, o Banco implantou um Plano de Incentivo de Longo Prazo, que tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo BMG designados pelo Comitê de Remuneração e Pessoas do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (em conjunto, “Colaboradores”) recebam ações preferenciais de emissão do Banco como um incentivo de longo prazo que comporá suas respectivas remunerações variáveis.

Cabendo ressaltar que, durante o exercício de 2020, o Banco observa o disposto na Resolução CMN nº 4.820/20.

(t) Princípios de consolidação - Conglomerado Financeiro

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação e instruções do BACEN para a elaboração do consolidado do Conglomerado Financeiro. Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas patrimoniais e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas controladas estão apresentados na nota de “Intangível” Nota 13.

As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior, BMG Bank (Cayman) Ltd., cuja moeda funcional é o real, são originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do BACEN.

Notas Explicativas

**(u) Consolidação**

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, segue de forma resumida a composição do balanço patrimonial dos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 das empresas que compõem o conglomerado financeiro:

Ativo	Banco BMG	Leasing	Cayman	Banco Cifra	Banco BCV	Cifra FI	Eliminações	Conglomerado Financeiro	
	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	127.513	208	55.245	51	2.828	2.831	5.599	183.077	893.313
Disponibilidades	112.514	208	55.245	51	228	2.831	2.999	168.078	263.220
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.999				2.600		2.600	14.999	630.093
Instrumentos Financeiros	17.895.265	848.760	798.622	614.207	1.028.704	9.572	2.902.071	18.293.059	12.731.290
Aplicações em depósitos interfinanceiros	486.057	848.760		614.207	990.045	9.572	2.902.071	46.570	46.477
Títulos e valores mobiliários e derivativos	6.317.733				27.365			6.345.098	2.261.014
Operações de crédito	11.091.475		798.622		11.294			11.901.391	10.423.799
Relações interfinanceiras	148.552			8	212			148.772	85.808
Outros créditos	4.062.136	34.993	148.797	162.789	264.543	1.651	11.530	4.663.379	4.432.860
Outros valores e bens	215.113	139			217			215.469	166.714
Permanente	4.831.789						3.212.297	1.619.492	600.569
Total do Ativo	27.280.368	884.100	1.002.664	777.055	1.296.504	14.054	6.131.497	25.123.248	18.910.554

Notas Explicativas



Passivo	Banco BMG	Leasing	Cayman	Banco Cifra	Banco BCV	Cifra FI	Eliminações	Conglomerado Financeiro	
	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2019
Depósitos e demais instrumentos financeiros	20.426.512		722.270				2.907.717	18.241.065	11.841.696
Depósitos	15.251.064		440.142				2.905.117	12.786.089	10.271.776
Captações no mercado aberto	1.713.750						2.600	1.711.150	
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.868.917							2.868.917	726.838
Obrigações por empréstimos e repasses	506.520		282.128					788.648	712.225
Instrumentos financeiros derivativos	86.261							86.261	130.857
Relações interfinanceiras	158.083			56	19			158.158	153.793
Provisões	810.442	16.371	40	4.440	7.535	53		838.881	768.436
Obrigações fiscais diferidas	121.444	296			1			121.741	33.804
Outras obrigações	1.702.151	3.795		1.541	5.512	66	11.484	1.701.581	2.084.509
Patrimônio Líquido administrado pela controladora								4.061.736	4.028.244
Participação de acionistas não controladores								86	36
Patrimônio Líquido	4.061.736	863.638	280.354	771.018	1.283.437	13.935	3.212.296	4.061.822	4.028.280
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	27.280.368	884.100	1.002.664	777.055	1.296.504	14.054	6.131.497	25.123.248	18.910.554

Notas Explicativas



3. Exigibilidade de capital e limites de imobilização

a) Índice de Solvabilidade Basileia e de Imobilização

Conforme Resolução CMN nº 4.193/13 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de:

I - 8%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Para o Nível I

II - 6%, a partir de 1º de janeiro de 2015.

De forma a evidenciar o cumprimento dos requerimentos de capital previstos nas regulamentações em vigor, apresentamos abaixo o índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido, que podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	2020	2019
Patrimônio de referência nível I	3.017.681	2.913.192
Capital Principal	2.904.546	2.802.519
– Patrimônio líquido (1)	4.123.123	4.081.114
– Ajustes Prudenciais – Res. 4.192/13 CMN	(1.218.577)	(1.278.595)
Capital complementar (2)	113.135	110.673
– Letras financeiras subordinadas	113.135	110.673
Patrimônio de referência nível II (2)	19.224	18.754
– Letras financeiras subordinadas	19.224	18.754
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	3.036.905	2.931.946
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	15.791.307	13.011.603
Alocação de capital:		
– Risco de crédito	14.963.905	12.270.657
– Risco de mercado	4.047	11.812
– Risco operacional	823.355	729.134
Índice de solvabilidade (a / b)	19,23%	22,53%
Capital nível I	19,11%	22,39%
– Capital principal	18,39%	21,54%
– Capital complementar	0,72%	0,85%
Capital nível II	0,12%	0,14%
– Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876 do BACEN - Parcela "IRRBB"	55.785	30.000
Índice de imobilização	44,89%	11,88%
Folga de imobilização	155.154	1.117.709

(1) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013; e

(2) Os instrumentos elegíveis a capital, Capital Complementar e Nível II, foram emitidos observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.192, de 01/03/2013, do CMN, com vencimento de opção de recompra, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil, em 5 anos a partir da data de emissão do instrumento.

Notas Explicativas



4. Caixa e equivalentes de caixa

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e saldos em bancos	168.078	263.220	112.514	253.599
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	14.999	630.093	14.999	630.093
Total	183.077	893.313	127.513	883.692

(i) inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

O saldo de aplicações interfinanceiras considerado como caixa e equivalente de caixa está apresentado também na Nota 5.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos interfinanceiros

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Posição bancada				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		39.993		39.993
Letras do Tesouro Nacional – LTN		590.100		590.100
Notas do Tesouro Nacional – NTN	14.999		14.999	
Aplicações no mercado aberto	14.999	630.093	14.999	630.093
Aplicações em depósitos interfinanceiros	46.570	46.477	486.057	230.102
Total	61.569	676.570	501.056	860.195
Circulante	16.770	672.357	456.257	855.982
Não circulante	44.799	4.213	44.799	4.213

Notas Explicativas



6. Títulos e valores mobiliários

(a) Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Títulos de renda fixa				
Livres				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	460.040	1.759.470	432.452	1.713.362
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	44.985	6.945	44.985	6.945
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	3.245.983		3.245.983	
Títulos Privados				
- Debêntures	6.160		6.160	
- Certificado de recebíveis imobiliários	46.057		46.057	
- Cotas de fundos de investimento	35.311	32.664	35.311	32.664
Vinculados a operações compromissadas				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.207.016		1.209.616	21.620
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	305.306		305.306	
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	91.793		91.793	
Títulos Privados				
- Debêntures	51.739		51.739	
- Certificado de recebíveis imobiliários	57.927		57.927	
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	411.540	256.989	409.163	254.664
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)				
Títulos Privados				
- Swap a receber	204.882	191.284	204.882	191.284
- Contrato de opções	31.422		31.422	
- Compras a Termo	144.937	13.662	144.937	13.662
Total	6.345.098	2.261.014	6.317.733	2.234.201
Circulante	729.687	48.723	727.310	48.723
Não circulante	5.615.411	2.212.291	5.590.423	2.185.478

(i) Vide informações sobre instrumentos financeiros derivativos na Nota 7.

Notas Explicativas



(b) Os títulos e valores mobiliários apresentam as seguintes classificações e prazos de vencimento:

Conglomerado Financeiro							Banco					
Descrição	Valor pela curva Custo amortizável		Valor contábil		Ajuste ao valor de mercado no Patrimônio		Valor pela curva Custo amortizável		Valor contábil		Ajuste ao valor de mercado no Patrimônio	
Títulos/Ven- cimentos	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Títulos disponíveis para venda	6.060.352	2.055.847	5.963.857	2.056.068	(96.495)	221	6.032.871	2.029.022	5.936.492	2.029.255	(96.379)	233
- LFT												
De 91 a 180 dias	474.265		474.174		(91)		471.887		471.797		(90)	
De 181 a 360 dias	130.017		129.930		(87)		130.017		129.930		(87)	
Acima de 360 dias	1.484.930	2.016.300	1.474.492	2.016.459	(10.438)	159	1.459.827	1.989.475	1.449.504	1.989.646	(10.323)	171
- LTN												
De 91 a 180 dias		6.883		6.945		62		6.883		6.945		62
Acima de 360 dias	359.388		350.291		(9.097)		359.388		350.291		(9.097)	
- NTN												
Acima de 360 dias	3.416.638		3.337.776		(78.862)		3.416.638		3.337.776		(78.862)	
- Debêntures												
Acima de 360 dias	57.253		57.899		646		57.253		57.899		646	
- Certificado de recebíveis imobiliários												
Acima de 360 dias	102.550		103.984		1.434		102.550		103.984		1.434	
- Cotas de fundos de investimentos												
Indeterminado	35.311	32.664	35.311	32.664			35.311	32.664	35.311	32.664		
- Instrumentos financeiros derivativos												
- "Diferencial a receber"			381.241	204.946					381.241	204.946		
Até 30 dias			37.838	18.931					37.838	18.931		
De 31 a 60 dias			6.956	3.765					6.956	3.765		
De 61 a 90 dias			12.900	151					12.900	151		
De 91 a 180 dias			41.963	3.108					41.963	3.108		
De 181 a 360 dias			25.926	15.823					25.926	15.823		
Acima de 360 dias			255.658	163.168					255.658	163.168		
Total geral	6.060.352	2.055.847	6.345.098	2.261.014	(96.495)	221	6.032.871	2.029.022	6.317.733	2.234.201	(96.379)	233
Total contábil			6.345.098	2.261.014	(96.495)	221			6.317.733	2.234.201	(96.379)	233
Circulante			729.687	48.723	(178)	62			727.310	48.723	(177)	62
Não circulante			5.615.411	2.212.291	(96.317)	159			5.590.423	2.185.478	(96.202)	171

Notas Explicativas



7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis com a proteção necessária.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*swaps* e contratos de futuro) se destinam à proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "VaR" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de "stress".

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

(a) Classificação por prazo de vencimento:

Conglomerado Financeiro e Banco							
Descrição	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Contratos de Swap, opções e termo							
Posição ativa							
Moeda estrangeira	37.162	6.311	12.416	24.613	21.674	50.598	152.774
Juros	676	645	484	17.350	4.252	366	23.773
Índices						204.694	204.694
Total – 2020	37.838	6.956	12.900	41.963	25.926	255.658	381.241
Total – 2019	18.931	3.765	151	3.108	15.823	163.168	204.946
Contratos de Swap:							
Posição passiva							
Moeda estrangeira	(2.229)		(315)	(1.263)	(114)	(707)	(4.628)
Juros	(5.019)	(2.111)	(3.996)	(1.934)	(33.402)	(35.171)	(81.633)
Total – 2020	(7.248)	(2.111)	(4.311)	(3.197)	(33.516)	(35.878)	(86.261)
Total – 2019	(2.702)	(2.057)	(2.550)	(22.234)	(65.640)	(35.674)	(130.857)

Notas Explicativas



(b) Classificação por indexador e valor de referência:

Conglomerado Financeiro e Banco			
Swap, opções e termo	Valor de referência	Valor pela curva – Custo Amortizável	Valor de mercado
Dólar x PRÉ	259.656	129.027	121.351
CDI x Dólar		31.422	31.422
CDI x Pré	5.000		188
IPCA x CDI	895.500	74.291	204.694
Pré x Real	45.339	12.168	17.522
Pré x Dólar	57.172	3.211	6.064
Posição ativa – 2020	1.262.667	250.119	381.241
Posição ativa – 2019	2.640.428	77.372	204.946
Dólar x Dólar	17.000	(706)	(1.458)
Dólar x Pré	30.575	(1.151)	(3.055)
CDI x IPCA	161.000	(18.841)	(31.258)
CDI x Dólar	52.032	(34.511)	(36.567)
Pré x Dólar	60.152	(14.726)	(13.923)
Posição passiva – 2020	320.759	(69.935)	(86.261)
Posição passiva – 2019	1.418.639	(107.325)	(130.857)
Exposição – 2020	1.583.426	180.184	294.980
Exposição – 2019	4.059.067	(29.953)	74.089

As transações de *swap* foram marcadas a mercado, considerando as cotações obtidas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros.

Conglomerado Financeiro e Banco			
Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)		(2.962)	1.130.342
Futuro de cupom de cambial (DDI)	1.535		1.130.255
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)		(3.613)	5.042.270
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)	1.145		1.643.914
Posição – 2020	2.680	(6.575)	8.946.781
Posição – 2019	5.673	(14)	5.254.872

Notas Explicativas



(c) Operações com instrumentos derivativos destinadas a *hedge*:

(i) *Hedge* de Fluxo de Caixa

O objetivo do relacionamento do *hedge* do Banco BMG é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Banco BMG negociou contratos futuros de DI de 1 dia, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$4.718.118 (2019 – R\$2.272.554). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R\$112 (2019 – credor de R\$9.692), líquido dos efeitos tributários.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

(ii) *Hedge* de Risco de Mercado

O objetivo do relacionamento do *hedge* do Banco BMG é o de proteger, da exposição à variação no risco de mercado, as captações de depósito a prazo pós-fixadas indexadas ao Dólar frente ao CDI.

Em setembro de 2020, o Banco liquidou sua posição de contratos de swap Dólar x DI utilizados para proteção da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial, o Banco negociou contratos de swap Dólar x DI no montante de R\$686.712 em 30 de setembro de 2019, e o saldo da captação na mesma data era de R\$691.045. Estes instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado do período no montante de R\$631, para a mesma data.

Em setembro de 2020, foram liquidadas em sua totalidade as operações para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA+ ("IPCA mais"), com utilização de cupom de contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de *hedge* e, como efeito dessa operação, o ajuste a valor de mercado do objeto acumulado no passivo no montante de R\$134.813 (2019 – R\$70.772) será diferido diariamente ao longo do prazo dos ativos objetos, linearmente, conforme legislação vigente.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco BMG utilizou contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de *hedge*.

Durante o período de janeiro a setembro de 2020, até a data de liquidação das operações, os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$51.482.

Em 30 de setembro de 2019, os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$70.772.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* durante todo o período de utilização dos instrumentos e das estratégias, foi mensurada em conformidade com o estabelecido na Circular nº3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Notas Explicativas

**8. Operações com características de concessão de crédito****(a) Classificação por produto**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Crédito pessoal	9.916.561	8.571.534	9.053.801	7.976.236
CDC – veículos	85	163	85	163
Carteira comercial	1.800.498	1.558.442	1.789.148	1.535.116
Operações de crédito cedidas (i)	900.484	875.974	900.484	875.974
Total - operações de crédito	12.617.628	11.006.113	11.743.518	10.387.489
Carteira de câmbio	44.828	66.321	44.828	66.321
Compras a faturar - Cartões de crédito	401.930	382.105	401.930	382.105
Total - outros créditos	446.758	448.426	446.758	448.426
Total - carteira de crédito	13.064.386	11.454.539	12.190.276	10.835.915
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(716.237)	(582.314)	(652.043)	(544.561)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito – outros créditos	(3.138)	(9.456)	(3.138)	(9.456)
Total	12.345.011	10.862.769	11.535.095	10.281.898
Circulante	7.893.088	9.075.261	7.846.126	8.986.760
Não circulante	4.451.923	1.787.508	3.688.969	1.295.138

(i) Créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios conforme Resolução nº 3.533/08.

(b) Classificação por setor de atividade

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Setor privado:				
Indústria	60.213	84.009	60.213	84.009
Comércio	81.052	119.588	81.052	119.588
Intermediários financeiros	163.079	119.556	163.079	119.556
Outros serviços	1.448.568	1.197.448	1.448.568	1.197.448
Habitação	14.897	1.274	14.897	1.274
Rural	16.446	43.945	5.095	23.372
Pessoas físicas	11.280.131	9.888.719	10.417.372	9.290.668
Total	13.064.386	11.454.539	12.190.276	10.835.915

Notas Explicativas**(c) Cessões de crédito**

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de créditos, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito ou pela aquisição de cotas subordinadas dos fundos cessionários. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado conforme prazo remanescente das operações.

O Banco BMG firmou, em 20 de agosto de 2019, uma parceria com uma companhia securitizadora, na qual se compromete a ceder, sem retenção substancial de riscos e benefícios até o valor limite de R\$1,5 bilhão, operações de empréstimo consignado celebradas com aposentados e pensionistas do INSS. O BMG receberá, além do valor pago pela cessão de créditos, uma taxa de serviços referente a administração da carteira, e permanecerá responsável pela adequada formalização dessas operações. Em setembro de 2020 o total da carteira cedida atingiu o montante de R\$1.311.268 e um resultado positivo no período findo em 30 de setembro de 2020 de R\$29.968 (nota 20 c “Resultado com operações de crédito cedidas”)

No período findo em 30 de setembro de 2020, o Banco BMG S.A. não realizou operações de cessão de créditos classificadas na categoria de “com retenção substancial de riscos e benefícios”, nas quais o Banco está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional, os quais são monitorados e mitigados conforme estrutura de gerenciamento de riscos do Banco (vide Nota 28) e normas em vigor, todavia realizou operações de cessão de créditos classificadas na categoria de “sem retenção substancial de riscos e benefícios” com reflexo na baixa de saldo devedor na carteira de crédito no montante de R\$1.132.133.

Os benefícios econômicos retidos estão relacionados às receitas de operações de crédito das operações cedidas. O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas, em 30 de setembro de 2020, são como seguem abaixo:

Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08	Conglomerado Financeiro e Banco	
	Operações Cedidas	Obrigações assumidas (Nota 17b)
Crédito pessoal consignado:		
Com coobrigação – Valor Presente	900.484	752.412
Saldo de operações liquidadas a repassar		1.330
Total – 2020	900.484	753.742
Total – 2019	875.974	500.402

Notas Explicativas



(d) Composição da carteira de crédito por rating por vencimentos:

Vencimento/Produto	Conglomerado Financeiro			
	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Carteira Comercial	Total
A vencer até 30 dias	3.940.588	3	124.758	4.065.349
A vencer de 31 a 60 dias	960.156	3	68.162	1.028.321
A vencer de 61 a 90 dias	302.225	3	69.375	371.603
A vencer de 91 a 180 dias	719.255	7	176.901	896.163
A vencer de 181 a 360 dias	1.011.972	12	234.415	1.246.399
A vencer após 360 dias	3.371.270	25	1.163.227	4.534.522
Total de parcelas a vencer	10.305.466	53	1.836.838	12.142.357
Vencidas até 14 dias	174.238	1	5.228	179.467
Vencidas de 15 a 30 dias	91.425	2	286	91.713
Vencidas de 31 a 60 dias	91.945	3	446	92.394
Vencidas de 61 a 90 dias	61.026	3	350	61.379
Vencidas de 91 a 180 dias	176.753	9	229	176.991
Vencidas de 181 a 360 dias	318.122	14	1.949	320.085
Total de parcelas vencidas	913.509	32	8.488	922.029
Total da carteira – 2020	11.218.975	85	1.845.326	13.064.386
Total da carteira – 2019	9.829.614	163	1.624.762	11.454.539

Notas Explicativas



Vencimento/Produto	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Carteira	Banco
			Comercial	Total
A vencer até 30 dias	3.940.253	3	124.758	4.065.014
A vencer de 31 a 60 dias	959.471	3	68.162	1.027.636
A vencer de 61 a 90 dias	301.040	3	69.375	370.418
A vencer de 91 a 180 dias	715.112	7	176.901	892.020
A vencer de 181 a 360 dias	1.009.249	12	234.415	1.243.676
A vencer após 360 dias	2.616.919	25	1.151.880	3.768.824
Total de parcelas a vencer	9.542.044	53	1.825.491	11.367.588
Vencidas até 14 dias	174.238	1	5.228	179.467
Vencidas de 15 a 30 dias	82.517	2	286	82.805
Vencidas de 31 a 60 dias	80.605	3	446	81.054
Vencidas de 61 a 90 dias	52.036	3	350	52.389
Vencidas de 91 a 180 dias	153.176	9	229	153.414
Vencidas de 181 a 360 dias	271.597	14	1.948	273.559
Total de parcelas vencidas	814.169	32	8.487	822.688
Total da carteira – 2020	10.356.213	85	1.833.978	12.190.276
Total da carteira – 2019	9.234.316	163	1.601.436	10.835.915

Notas Explicativas

**(e) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

Apresentamos abaixo a composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil nos correspondentes níveis de risco, conforme Resolução 2.682/99 do BACEN:

(i) Conglomerado Financeiro

2020				2019	
Nível	%	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
A	0,50	11.744.181	58.720	10.386.423	51.932
B	1,00	187.165	1.872	236.504	2.365
C	3,00	296.768	8.903	90.623	2.719
D	10,00	72.575	7.258	81.968	8.197
E	30,00	86.071	25.821	103.420	31.026
F	50,00	83.516	41.758	90.673	45.336
G	70,00	63.557	44.490	49.109	34.376
H	100,00	530.553	530.553	415.819	415.819
Total		13.064.386	719.375	11.454.539	591.770

(ii) Banco

2020				2019	
Nível	%	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
A	0,50	10.969.785	54.848	9.837.920	49.190
B	1,00	177.879	1.779	229.294	2.293
C	3,00	285.429	8.563	79.924	2.398
D	10,00	63.585	6.358	74.638	7.464
E	30,00	78.994	23.698	95.330	28.599
F	50,00	77.484	38.742	83.691	41.845
G	70,00	53.090	37.163	42.961	30.071
H	100,00	484.030	484.030	392.157	392.157
Total		12.190.276	655.181	10.835.915	554.017

Notas Explicativas

**(f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e recuperação de créditos**

Os dados relativos a créditos de liquidação duvidosa baixadas a débito de provisão e receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem ser sumariados como seguem:

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do período	591.770	557.120	554.017	540.541
Constituição de provisão	631.495	636.967	559.858	588.423
(Reversão/baixa de provisão)	(503.890)	(602.317)	(458.694)	(574.947)
Saldo no fim do período	719.375	591.770	655.181	554.017
Créditos recuperados	(79.566)	(151.989)	(78.153)	(151.057)
Efeito no resultado	551.929	484.978	481.705	437.366

9. Outros créditos

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Créditos tributários (i)	2.761.617	2.650.037	2.370.192	2.252.323
Carteira de câmbio (Nota 8 (a))	44.828	66.321	44.828	66.321
Variação cambial sobre adiantamento de câmbio	1.887	838	1.887	838
Devedores por depósitos em garantia (ii)	403.092	372.119	397.084	366.700
Tributos a compensar (iii)	359.371	356.700	298.866	291.482
Devedores diversos – País	240.861	118.240	87.419	97.665
Baixas sem financeiro (iv)	501.817	508.474	501.817	508.474
(-) Provisões aos valores não recuperáveis (iv)	(79.572)	(68.959)	(79.572)	(68.959)
Valores a receber sociedades ligadas			2.370	14.355
Títulos de crédito a receber (Nota 8(a))	401.930	382.105	401.930	382.105
Outros	30.686	56.441	38.453	58.875
(-) Provisões outros créditos liquidação duvidosa (Nota 8 (a))	(3.138)	(9.456)	(3.138)	(9.456)
Total	4.663.379	4.432.860	4.062.136	3.960.723
Circulante	1.212.371	1.129.735	1.030.351	1.082.489
Não circulante	3.451.008	3.303.125	3.031.785	2.878.234

(i) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos e registrados com base nos fundamentos demonstrados na Nota 25(a).

(ii) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e civil (vide Nota 18).

(iii) O saldo de tributos a compensar compreende substancialmente de crédito de COFINS no valor de R\$272.639 (2019 - R\$270.079) no Conglomerado Financeiro e R\$259.416 (2019 - R\$256.958) no Banco, em função do trânsito em julgado em 06/04/2009 da Ação Rescisória visando ao reconhecimento do seu direito ao recolhimento da COFINS apenas sobre as receitas de serviços, na forma da Lei Complementar 70/91, tendo em vista a inconstitucionalidade do art. 3º, §1º da Lei 9.718/98, declarada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 357.950 e recuperação de PIS e Cofins sobre receita não compreendida na atividade ou objeto social, inciso IV. do art. 12 do Decreto Lei 1.598/77.

(iv) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

Notas Explicativas

**10. Outros valores e bens****(a) Bens não de uso e materiais em estoque**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Bens não de uso próprio (i)	69.546	70.419	69.407	70.312
Provisões para desvalorização	(5.241)	(5.439)	(5.241)	(5.439)
Material em estoque	56	219	56	219
Total – Circulante	64.361	65.199	64.222	65.092

(i) Referem-se principalmente a imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

(b) Despesas antecipadas

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Comissões – País	67.760	31.825	67.760	31.825
Comissões – Exterior		486		486
Outros	83.348	69.204	83.131	67.990
Total	151.108	101.515	150.891	100.301
Circulante	64.090	38.585	63.873	37.371
Não circulante	87.018	62.930	87.018	62.930

Notas Explicativas

**11. Investimentos****Participações em controladas**

						Conglomerado Financeiro	
						2020	2019
	Número de ações/cotas possuídas	Percentual de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do período	Resultado de equivalência do período	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento
(i) Diretas (Ramo não financeiro)							
ME Promotora de vendas Ltda.	8.000	80,00%	12.522	14	11	10.018	10.006
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	1.308.490.992	99,99%	1.145.886	7.823	7.822	1.145.772	137.950
BMSE Participações Ltda.	7.006.483	99,38%	1.968	1	1	1.956	1.956
BMG Participações em Negócios Ltda.	28.999.999	99,99%	59.122	3.766	3.564	59.116	54.739
Help Franchising Participações Ltda.	21.995.600	99,98%	23.333	3.438	3.437	23.328	19.891
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	7.855.161	75,00%	(5.502)	(20.290)	(13.803)	(4.126)	1.812
Ágio no investimento - Help Franchising Participações Ltda.						3.091	3.091
Amortização de ágio - Help Franchising Participações Ltda.						(1.597)	(1.133)
Ágio no investimento - Granito Soluções em Pagamentos S.A.						17.794	10.657
Amortização de ágio - Granito Soluções em Pagamentos S.A.						(1.865)	(1.066)
Total					1.032	1.253.487	237.903

Notas Explicativas



							Banco	
							2020	2019
						Resultado de equivalência e variação cambial do período	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento
(i) Diretas (Ramo financeiro)	Número de ações/cotas possuídas	Percentual de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do período				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	2.417	100,00%	280.354	1.457	80.974	280.354	199.379	
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	547.997.118	99,99%	863.638	7.662	7.662	863.553	357.216	
Banco Cifra S.A.	16.364	100,00%	771.018	8.400	8.400	771.018	764.142	
Banco BCV S.A.	8.196	100,00%	1.283.437	14.049	14.049	1.283.437	1.271.991	
Cifra Financeira S.A.	279.000	100,00%	13.935	(65)	(65)	13.935	14.000	
Ágio no investimento - Banco BCV S.A.						1.422.504	1.422.504	
Amortização de ágio - Banco BCV S.A.						(1.292.108)	(1.185.420)	
Ágio no investimento - Banco Cifra S.A./Simples Participações Ltda.						27.908	27.908	
Amortização de ágio - Banco Cifra S.A./Simples Participações Ltda.						(25.815)	(23.722)	
(ii) Diretas (Ramo não financeiro)								
ME Promotora de vendas Ltda.	8.000	80,00%	12.522	14	12	10.018	10.006	
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	1.308.490.992	99,99%	1.145.886	7.823	7.822	1.145.772	137.950	
BMSE Participações Ltda.	7.006.483	99,38%	1.968	1	1	1.956	1.956	
BMG Participações em Negócios Ltda.	28.999.999	99,99%	59.122	3.766	3.563	59.116	54.739	
Help Franchising Participações Ltda.	21.995.600	99,98%	23.333	3.438	3.437	23.328	19.891	
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	7.855.161	75,00%	(5.502)	(20.290)	(13.802)	(4.126)	1.812	
Ágio no investimento - Help Franchising Participações Ltda.						3.091	3.091	
Amortização de ágio - Help Franchising Participações Ltda.						(1.597)	(1.133)	
Ágio no investimento - Granito Soluções em Pagamentos S.A.						17.794	10.657	
Amortização de ágio - Granito Soluções em Pagamentos S.A.						(1.865)	(1.066)	
Total						112.053	4.598.273	3.085.901

Notas Explicativas



Em 09 de janeiro de 2019 o Banco BMG comprou 65,01% das ações da Granito Soluções em Pagamentos S.A. (anteriormente denominado Pago Soluções em Pagamento S.A.). Em conjunto, foi firmado opção de compra que pode ser exercida pelo Banco BMG ao final de 24 meses, contados da data de fechamento, que corresponderão à aquisição de 10% das ações de emissão da sociedade.

No quarto trimestre de 2019 foi efetuado cessão e transferência de 375.000 quotas da participação na BMG Participações em Negócios Ltda., totalizando o montante de R\$375, com consequente redução da participação do Banco BMG S.A. de 94,49% para 92,99%.

Em 29 de novembro de 2019 a BMG Participações em Negócios Ltda., sociedade controlada pelo Banco, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Assicurazioni Generali S.p.A. ("Generali"), por meio do qual alienou à Generali 30% do capital social de sua investida BMG Seguros S.A. pelo valor de R\$54.000, tendo gerado um ganho de R\$26.448. A BMG Participações em Negócios permanece com participação de 70% do capital social da BMG Seguros.

Em 31 de janeiro de 2020 foi efetuado o aumento de capital na BMG Participações em Negócios Ltda. no montante de R\$2.500.

Em 02 de março de 2020 foi integralizado aumento de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$1.000.000 visando maior eficiência operacional da Companhia e aproveitamento de recursos.

Em 16 de março de 2020 foi homologado pelo Banco Central do Brasil redução de capital no Banco BCV S.A. no montante de R\$334.903, para absorção de prejuízos acumulados.

Em 16 de março de 2020 foi homologado pelo Banco Central do Brasil redução de capital no Banco Cifra S.A. no montante de R\$96.645, para absorção de prejuízos acumulados.

Em 22 de abril de 2020 foi efetuado aumento de capital na BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, no montante de R\$500.000. O Banco Central homologou a integralização do aumento de capital em 24 de junho de 2020.

Em 23 de abril de 2020 a controlada BMG Participações em Negócios apresentou diminuição R\$ 6.008 de seu patrimônio líquido pela saída de acionistas minoritários. Desta forma, a participação do Banco BMG foi de 92,99% para 99,99%.

Em 06 de agosto de 2020 foi celebrado a compra de 40% das cotas da CMG Corretora de Seguros Ltda. pela Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., no montante de R\$ 44.800. A parceria visa maximizar as oportunidades para venda de produtos de seguridade.

Em 11 de agosto foi exercido o direito de preferência na aquisição de 1.741.290 novas ações da Granito Soluções em Pagamento S.A., com o desembolso de R\$ 12.000, aumentando a participação do capital social da companhia de 65,01% para 70%. Nesta mesma data foi pago proporcionalmente aos demais sócios o montante total de R\$ 3.000, integralizando a aquisição de mais 5% das ações de emissão da sociedade, aumentando a participação do capital social da companhia de 70% para 75%.

Notas Explicativas



12. Imobilizado de uso

						Conglomerado Financeiro e Banco				
						Movimentações				
						Saldo Residual em 31.12.2019	Aquisições	(Baixas)	(Despesa de Depreciação)	Saldo Residual em 30.09.2020
	Taxa Anual (%)	Custo	(Depreciação acumulada)	Valor líquido	Valor líquido					
Imóveis de uso		16.686	(12.973)	3.713	3.715	3.715			(2)	3.713
Terrenos		3.711		3.711	3.711	3.711				3.711
Edificações	4	12.975	(12.973)	2	4	4			(2)	2
Outras imobilizações de uso		262.154	(163.211)	98.943	105.567	105.567	23.578	(8.074)	(22.128)	98.943
Instalações	10	98.841	(67.556)	31.285	30.657	30.657	4.301	(2)	(3.671)	31.285
Móveis e equipamentos de uso	10	21.825	(14.320)	7.505	7.557	7.557	1.131	(73)	(1.110)	7.505
Sistema de comunicação	10	1.584	(577)	1.007	929	929	184	(9)	(97)	1.007
Sistema de processamento de dados	20	131.935	(76.610)	55.325	62.301	62.301	17.176	(7.858)	(16.294)	55.325
Sistema de transporte	20	7.969	(4.148)	3.821	4.123	4.123	786	(132)	(956)	3.821
Imobilizado de uso		278.840	(176.184)	102.656	109.282	109.282	23.578	(8.074)	(22.130)	102.656

Notas Explicativas

**13. Intangível****(a) Composição dos ativos intangíveis**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Ágio por expectativa de resultados futuros				
Banco BCV S.A.	1.422.504	1.422.504		
Banco Cifra S.A. / Simples Participações Ltda.	27.908	27.908		
Outros intangíveis	164.287	18.094	164.287	18.094
Amortização acumulada	(1.352.886)	(1.215.860)	(34.963)	(6.718)
Total	261.813	252.646	129.324	11.376

O Banco BMG avalia anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor recuperável do ágio, visando obter a melhor estimativa da Administração sobre seus fluxos de caixa futuros. Conforme estudo realizado na data-base de 30 de junho de 2020, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio no período findo em 30 de setembro de 2020. O prazo de amortização do ágio é de 10 anos, cujo data final é agosto de 2021.

O cálculo do valor recuperável do ágio utiliza projeções de fluxo de caixa com premissas em um horizonte de longo prazo, considerando condições de mercado e fatores como taxas de desconto sensibilizadas de 10% a 15% e perpetuidades sensibilizadas de 3% a 5%. As projeções de fluxo de caixa, tem como base o orçamento de 10 anos, aprovado pela Administração.

(b) Movimentação dos ativos intangíveis

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	252.646	386.310	11.376	
Outros ativos intangíveis	146.193	18.094	146.193	18.094
(Amortizações de ágio na aquisição de controladas)	(108.781)	(145.040)		
(Amortizações de outros ativos intangíveis)	(28.245)	(6.718)	(28.245)	(6.718)
Total	261.813	252.646	129.324	11.376

Notas Explicativas

**14. Depósito****(a) Depósitos interfinanceiros e a prazo**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
<u>Depósitos à vista</u>	122.895	71.644	125.287	73.868
<u>Depósitos interfinanceiros</u>				
Pós-fixados	37.398	53.400	2.499.981	1.961.633
<u>Depósitos a prazo</u>				
Prefixados	4.366.520	3.557.389	4.366.520	3.557.389
Pós-fixados (i)	8.259.276	6.589.343	8.259.276	6.589.343
Total	12.786.089	10.271.776	15.251.064	12.182.233
Circulante	3.523.879	3.725.308	5.988.854	5.635.765
Não circulante	9.262.210	6.546.468	9.262.210	6.546.468

(i) Do montante de R\$8.259.276 (Conglomerado Financeiro e Banco) de Depósitos a prazo pós-fixados, R\$1.516.537 correspondem a captações efetuadas mediante a emissão de DPGE, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.785, de 23/03/2020, do CMN.

(a) Vencimento de depósitos interfinanceiros e a prazo

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros:

			Conglomerado Financeiro			
			Depósitos Interfinanceiros		Depósitos a prazo(i)	
			2020	2019	2020	2019
					Total	
			2020	2019	2020	2019
Até 30 dias	2.077	5.099	963.679	449.051	965.756	454.150
De 31 a 60 dias			326.777	215.274	326.777	215.274
De 61 a 90 dias		33.505	453.203	196.370	453.203	229.875
De 91 a 180 dias	27.575	5.224	749.487	729.698	777.062	734.922
De 181 a 360 dias		2.025	878.186	2.017.418	878.186	2.019.443
Após 360 dias	7.746	7.547	9.254.464	6.538.921	9.262.210	6.546.468
Total	37.398	53.400	12.625.796	10.146.732	12.663.194	10.200.132
Circulante	29.652	45.853	3.371.332	3.607.811	3.400.984	3.653.664
Não circulante	7.746	7.547	9.254.464	6.538.921	9.262.210	6.546.468

(i) Do montante de R\$9.254.464 (2019 – R\$6.538.921) de Depósitos a prazo apresentados no vencimento “Após 360 dias”, R\$4.787.693 (2019 – R\$3.213.027) vencem entre 1 e 3 anos, R\$3.218.751 (2019 – R\$2.815.127) entre 3 e 5 anos e R\$1.248.020 (2019 – R\$510.767) acima de 5 anos.

Notas Explicativas



					Banco	
Depósitos Interfinanceiros			Depósitos a prazo		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Até 30 dias	2.077	1.571.394	963.679	449.051	965.756	2.020.445
De 31 a 60 dias	342.077		326.777	215.274	668.854	215.274
De 61 a 90 dias	20.016	33.505	453.203	196.370	473.219	229.875
De 91 a 180 dias	2.128.065	347.162	749.487	729.698	2.877.552	1.076.860
De 181 a 360 dias		2.025	878.186	2.017.418	878.186	2.019.443
Após 360 dias	7.746	7.547	9.254.464	6.538.921	9.262.210	6.546.468
Total	2.499.981	1.961.633	12.625.796	10.146.732	15.125.777	12.108.365
Circulante	2.492.235	1.954.086	3.371.332	3.607.811	5.863.567	5.561.897
Não circulante	7.746	7.547	9.254.464	6.538.921	9.262.210	6.546.468

15. Recursos de aceites e emissão de títulos

(a) Programa de *Short Term Notes / Medium Term Notes*:

Conglomerado Financeiro e Banco

Descrição	Principal (US\$ Mil)	Emissão	Vencimento	2020	2019
				Juros	
<i>Subordinated notes (i)</i>					27.662
<i>Hedge risco de mercado (i)</i>					31.617
Total - circulante					59.279

(i) Em 31 de dezembro de 2019 as operações de captações em Dólar foram ajustadas a valor de mercado, conforme demonstrado na Nota 7.

Para mitigação dos riscos relacionados à exposição cambial das captações externas, o Banco utiliza-se de contratos de *swap*. Vide Nota 7(c)(ii).

Os saldos incluem a provisão para imposto de renda, calculado a alíquota de 14,3% sobre os encargos.

Notas Explicativas



(b) Obrigações por emissão de letras de crédito

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2020	2019
Letras financeiras (i)	2.762.812	534.552
Letras créditos imobiliários	56.124	49.150
Letras créditos agropecuários	49.981	83.857
Total	2.868.917	667.559
Circulante	2.227.652	214.981
Não Circulante	641.265	452.578

(i) Do montante de R\$2.762.812 de letras financeiras, R\$1.811.296 correspondem a captações efetuadas mediante emissão de Letras Financeiras com garantia, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.795, de 02/04/2020, do CMN.

(c) Vencimento

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos dos recursos por aceites e emissão de títulos:

	Conglomerado Financeiro e Banco					
	Juros Dívidas Subordinadas		Letras financeiras e de crédito		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Até 30 dias			27.115	31.180	27.115	31.180
De 31 a 60 dias		27.662	53.480	40.739	53.480	68.401
De 61 a 90 dias			28.408	17.783	28.408	17.783
De 91 a 180 dias		31.617	51.215	48.120	51.215	79.737
De 181 a 360 dias			2.067.434	77.159	2.067.434	77.159
Após 360 dias			641.265	452.578	641.265	452.578
Total		59.279	2.868.917	667.559	2.868.917	726.838
Circulante		59.279	2.227.652	214.981	2.227.652	274.260
Não circulante			641.265	452.578	641.265	452.578

Notas Explicativas

**16. Obrigações por empréstimos e repasses**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Repasses País – Instituições Oficiais (a)	9.099	19.466	9.099	19.466
Empréstimos no Exterior (i)	282.128	201.552		
Empréstimos no País – Outras Instituições (b)	497.421	491.207	497.421	491.207
Total	788.648	712.225	506.520	510.673
Circulante	291.227	221.018	9.099	19.466
Não Circulante	497.421	491.207	497.421	491.207

(i) Referem-se a empréstimos obtidos junto à Agência Itaú Unibanco S.A. – Nassau.

(a) Repasses no país – Instituições Oficiais

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasse junto ao Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ. Esses repasses apresentam os seguintes vencimentos:

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2020	2019
Até 30 dias	496	14.432
De 91 a 180 dias	8.603	
De 181 a 360 dias		5.034
Total	9.099	19.466
Circulante	9.099	19.466

(b) Empréstimos no País – Outras Instituições

- Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

17. Outras obrigações**(a) Provisão para imposto de renda e contribuição social a recolher, outros impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e obrigações fiscais diferidas**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para imposto de renda e contribuição social a recolher	27.524	35.143	11.873	13.566
Outros impostos e contribuições a recolher	61.684	35.897	61.625	28.345
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (25(c))	121.741	33.804	121.444	33.532
Total	210.949	104.844	194.942	75.443
Circulante	89.208	71.040	73.498	41.911
Não circulante	121.741	33.804	121.444	33.532

Notas Explicativas



(b) Diversas

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para pagamentos a efetuar	195.218	134.961	194.838	134.580
Credores diversos	649.499	566.287	648.854	565.136
Valores a repassar cessão	1.330	231	1.330	231
Valores a pagar sociedades ligadas			1.274	12.159
Provisão para causas judiciais (i)	610.723	592.863	598.315	580.611
Obrigações sobre operações vinculadas a cessão (ii)	752.412	500.171	752.412	500.171
Dívidas e letras financeiras subordinadas (Nota 17(c))	132.359	792.809	132.359	792.809
Provisão para garantias financeiras prestadas	5.416	5.469	5.416	5.469
Total	2.346.957	2.592.791	2.334.798	2.591.166
Circulante	1.008.002	1.653.492	1.008.251	1.664.119
Não circulante	1.338.955	939.299	1.326.547	927.047

(i) Os saldos de provisão para causas judiciais são relacionados a causas de natureza cível, trabalhista e fiscais. Vide Nota 18.

(ii) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios. Vide Nota 8(c).

(c) Dívida e letras financeiras subordinadas

Descrição	Conglomerado Financeiro e Banco			
	Data de			
Nome do papel	Emissão	Vencimento	Taxa de Juros a.a.	R\$
No País (i):				
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	124% do CDI	5.443
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	122% do CDI	12.776
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	124% da SELIC	1.005
			IPCA + 6,60% a 6,67%	
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	126% a 130% da SELIC	111.929
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	1.206
Total – 2020				132.359
Total – 2019				792.809

(i) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.192, de 01/03/2013, do CMN, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco BMG.

Notas Explicativas



Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das dívidas e letras financeiras subordinadas:

Dívida e letras financeiras subordinadas	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2020	2019
De 181 a 360 dias		663.382
Acima de 360 dias	19.224	18.754
Perpétua	113.135	110.673
Total	132.359	792.809

O Banco BMG realizou a liquidação e pagamento de principal e juros das dívidas subordinadas emitidas no exterior, com vencimento em 05 de novembro de 2019 e 05 de agosto de 2020, no montante de R\$977.894 e R\$ 899.763, respectivamente.

18. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O Banco e suas controladas são partes em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.2(r). A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

(i) Provisão para riscos fiscais - Equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais e tributárias avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$608.557 (2019 – R\$460.351) Conglomerado Financeiro e R\$599.136 (2019 – R\$450.786) Banco, sendo que estas ações se referem principalmente a processos judiciais de tributos federais.

Os principais questionamentos são:

- a) CSLL – Lei 7.689/88: decisão judicial transitada em julgado que declarou o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos em que foi instituída pela Lei 7.689/88;
- b) IRPJ/IRRF/CSLL 2014 e 2015: questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;
- c) PIS e COFINS – Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: discute-se a dedução das perdas com créditos nos termos da Lei 9.718/98;
- d) INSS – Verbas não Remuneratórias: questiona o recolhimento da parcela patronal sobre as participações dos Administradores, nos termos da Lei nº 8.212/91; e
- e) SAT – Lei nº 11.430/06: discute-se a inconstitucionalidade e ilegalidade do SAT nos termos do artigo 21-A da Lei nº 8.213/91, introduzido pela Lei nº 11.430/06, com o consequente reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue as Associadas da Autora ao cumprimento de tais dispositivos, mantendo-se as redações originais regulamentares e legais.

Notas Explicativas



(ii) **Provisões Trabalhistas** – A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido, fase processual e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos contingentes de ações trabalhistas avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Não há causas classificadas como riscos possíveis em 30 de setembro de 2020 devido ao encerramento de processos no Conglomerado Financeiro e no Banco.

(iii) **Provisões Cíveis:** A provisão dos casos cíveis individualizados é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos contingentes de ações cíveis avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$622.442 (2019 – R\$598.336) Conglomerado Financeiro e R\$618.998 (2019 – R\$596.520) Banco.

O Banco BMG não possui ativos contingentes contabilizados.

Abaixo demonstramos a segregação por natureza e movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias, trabalhistas e cíveis:

(iv) Depósitos Judiciais e Provisões segregadas por natureza

			2020	
Conglomerado Financeiro			Banco	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Contingências tributárias e previdenciárias	106.245	50.101	101.709	47.624
Contingências trabalhistas	29.068	68.378	28.556	59.648
Contingências cíveis	267.779	492.244	266.819	491.043
Total	403.092	610.723	397.084	598.315

			2019	
Conglomerado Financeiro			Banco	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Contingências tributárias e previdenciárias	96.332	37.330	92.144	35.521
Contingências trabalhistas	32.422	81.362	31.881	71.302
Reclamações cíveis	243.365	474.171	242.675	473.788
Total	372.119	592.863	366.700	580.611

Notas Explicativas



(v) Movimentação

	Conglomerado Financeiro			
	Depósitos Judiciais	Provisões Tributária	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis
Saldo em 31/12/2019	372.119	37.330	81.362	474.171
Adições	115.441	18.718	23.751	249.638
(Baixas)	(84.468)	(5.947)	(36.735)	(231.565)
Saldo em 30/09/2020	403.092	50.101	68.378	492.244

	Banco			
	Depósitos Judiciais	Provisões Tributária	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis
Saldo em 31/12/2019	366.700	35.521	71.302	473.788
Adições	112.823	18.038	18.086	248.605
(Baixas)	(82.439)	(5.935)	(29.740)	(231.350)
Saldo em 30/09/2020	397.084	47.624	59.648	491.043

Notas Explicativas**19. Patrimônio Líquido (Banco)****a) Capital social**

Em 30 de setembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.742.571, representado por 591.474.531 (quinhentos e noventa e uma milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil e quinhentos e trinta e uma) ações, das quais 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 191.467.177 (cento e noventa e uma milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e cento e setenta e sete) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 24 de outubro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social do Banco, no montante de R\$1.200.000, em decorrência da oferta primária de 103.448.277 (cento e três milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil e duzentas e setenta e sete) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 1 de novembro de 2019, o Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital.

Em 28 de outubro de 2019, o Banco BMG finalizou sua Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações. As ações foram negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço unitário de R\$11,60 por ação. Com a concretização da Oferta Pública de Ações, o Banco BMG captou um total de R\$1.391.304, dos quais R\$1.200.000, oriundos de emissão primária de ações, foram destinados para aumento de capital social do Banco BMG, sendo que os custos de emissão de ações foram de R\$37.944, líquidos dos efeitos tributários. A geração de caixa totalizou o montante de R\$1.136.760, líquidos de despesas com comissões, honorários e impostos.

Em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração do Banco BMG, deliberou e aprovou a abertura do Programa de Recompra de Ações do Banco (“Programa de Recompra”), que passou a vigorar em 11 de dezembro de 2019, sendo autorizada a aquisição de até 11.994.003 (onze milhões, novecentos e noventa e quatro mil e três) ações preferenciais de emissão própria, nominativas, escriturais, sem valor nominal e sem redução do valor do capital social do Banco, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15. As operações de aquisições foram efetuadas em bolsa de valores, a valor de mercado, no período de 11 de dezembro de 2019 à 18 de março de 2020, quando Banco encerrou, por antecipação, o programa de recompra.

Em reunião realizada em 18 de março de 2020, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 11.981.100 (onze milhões, novecentos e oitenta e um mil e cem) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria (“Ações”), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019. Com isso, o Banco encerrou nesta mesma data, por antecipação, o programa de recompra de ações de emissão própria aprovado na reunião do Conselho de Administração de 10 de dezembro de 2019.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10.700.112 (dez milhões, setecentos mil e cento e doze) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15. As operações de aquisições serão efetuadas em bolsa de valores, a valor de mercado, no período de 18 de março de 2020 à 17 de março de 2021.

Notas Explicativas



Ações em tesouraria			
	Ações em tesouraria 31/12/2019	Aquisição de ações de emissão própria	Cancelamento de ações de emissão própria
Quantidade		15.573.600	(11.981.100)
Saldo em milhares de reais		(107.197)	93.400
			3.592.500
			(13.797)

Movimentação na quantidade ações			
	31/12/2019	Cancelamento	30/09/2020
Ordinária	400.007.354		400.007.354
Preferencial	203.448.277	(11.981.100)	191.467.177
Saldo	603.455.631		591.474.531

Quantidade de ações em circulação			
	Ordinária	Preferencial	Total
Em 31/12/2019	1.251.558	119.868.924	121.120.482
Cancelamento de ações em tesouraria		(11.981.100)	(11.981.100)
Varição em ações em tesouraria		(3.592.500)	(3.592.500)
Varição das ações detidas por controladores e administradores		(366.800)	(366.800)
Em 30/09/2020	1.251.558	103.928.524	105.180.082

b) Reservas

Reservas de lucros:

- **Legal:** É constituída, ao final de cada semestre, à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.
- **Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Em 30 de setembro de 2020, foi provisionado o montante de R\$60.040 a título de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento será definido e deliberado em Assembleia de acionistas.

Notas Explicativas**d) Resultado líquido por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais. Conforme CPC41, utilizamos o ajuste retrospectivo para cálculo do lucro básico por ação de setembro de 2019.

Resultado líquido por ação	30/09/2020	30/09/2019
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	252.801	204.947
Quantidade média ponderada de ações emitidas	592.018.935	500.007.354
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,4270	0,4099

Notas Explicativas

**20. Receitas e despesas da intermediação financeiras**

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
CDC Crédito pessoal	3.104.622	2.670.286	3.017.952	2.631.302
CDC Veículos	18	154	18	154
Carteira comercial	176.398	159.235	198.194	157.834
Arrendamento mercantil		(17)		
Comissões de agentes	(503.834)	(402.031)	(503.834)	(402.031)
Variação cambial	271.688	37.514		
Total	3.048.892	2.465.141	2.712.330	2.387.259

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.089	36.396	20.619	42.176
Títulos e valores mobiliários	140.700	126.668	137.723	117.465
Total	151.789	163.064	158.342	159.641

(c) Despesas da intermediação financeira

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Despesa com captação no exterior	(53.473)	(132.275)	(53.473)	(132.275)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (i)	1.448	122.691	1.448	122.691
Variação cambial	(219.042)	(136.937)	(49.484)	(113.945)
Despesas de depósitos a prazo	(639.044)	(733.994)	(639.044)	(733.994)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(3.990)	(2.562)	(53.629)	(80.353)
Outras despesas de captação	(64.512)	(13.535)	(64.542)	(13.535)
Operações de empréstimos e repasses	(16.366)	(31.352)	(11.626)	(31.352)
Resultado com operações de crédito cedidas	1.331	(41.234)	1.331	(41.234)
Total	(993.648)	(969.198)	(869.019)	(1.023.997)

(i) Inclui instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção da variação cambial apresentado nas notas 20 (a) e (b).

Notas Explicativas

**21. Receitas de prestação de serviços**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Rendas de cobrança	739	674	739	674
Rendas de tarifas bancárias	5.091	5.143	5.091	5.133
Rendas outros serviços	36.258	24.038	36.207	24.027
Total	42.088	29.855	42.037	29.834

22. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas**(a) Despesas de pessoal**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Proventos e honorários	(116.156)	(82.736)	(116.112)	(82.688)
Encargos sociais	(40.994)	(29.301)	(40.981)	(29.289)
Treinamento	(2.095)	(1.926)	(2.095)	(1.926)
Benefícios	(31.734)	(22.750)	(31.708)	(22.687)
Total	(190.979)	(136.713)	(190.896)	(136.590)

(b) Outras despesas administrativas

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Água, energia e gás	(1.507)	(1.415)	(1.507)	(1.415)
Marketing	(84.201)	(70.888)	(83.975)	(70.611)
Aluguéis	(11.069)	(6.998)	(11.051)	(6.978)
Arrendamento de bens	(10.729)	(3.842)	(10.729)	(3.842)
Promoções e relações públicas	(9.708)	(9.154)	(9.708)	(9.154)
Comunicações	(25.519)	(19.697)	(25.519)	(19.697)
Manutenção e conservação de bens	(1.225)	(1.134)	(1.225)	(1.134)
Processamento de dados	(71.273)	(48.838)	(71.272)	(48.837)
Seguros	(2.641)	(3.033)	(2.347)	(2.679)
Serviços de terceiros	(88.948)	(78.494)	(88.948)	(78.494)
Serviço de vigilância	(4.545)	(4.302)	(4.545)	(4.302)
Serviços técnicos especializados	(167.482)	(130.661)	(166.099)	(129.901)
Materiais diversos	(3.509)	(3.650)	(3.509)	(3.650)
Serviços do sistema financeiro	(17.532)	(5.018)	(17.480)	(4.993)
Transportes	(4.206)	(3.913)	(4.206)	(3.913)
Viagens	(4.791)	(10.593)	(4.791)	(10.593)
Amortização e depreciação	(148.111)	(128.447)	(148.111)	(128.447)
Outras despesas administrativas	(36.709)	(34.910)	(36.435)	(34.618)
Total	(693.705)	(564.987)	(691.457)	(563.258)

Notas Explicativas

**23. Despesas tributárias**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
PIS e COFINS	(93.606)	(74.130)	(92.936)	(73.358)
ISS	(1.651)	(816)	(1.613)	(816)
Outros	(2.932)	(4.948)	(2.767)	(4.621)
Total	(98.189)	(79.894)	(97.316)	(78.795)

24. Outras receitas e despesas operacionais

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2020	2019	2020	2019
Outras receitas operacionais				
Recuperação de encargos e despesas (i)	2.936	32.385	2.918	16.302
Atualização monetária	1.364	3.933	1.303	3.846
Reversão de provisões operacionais (ii)	293.959	71.133	286.734	68.644
Atualização de impostos a compensar	3.846	8.863	3.183	5.535
Participação sobre prêmios emitidos (iii)	9.000	20.386	9.000	20.386
Outras	215	7.837	216	7.837
Total	311.320	144.537	303.354	122.550
Outras despesas operacionais				
Atualização monetária	(1.422)	(13.739)	(1.413)	(13.739)
Despesas de cobranças	(10.914)	(1.129)	(10.907)	(1.124)
Despesa de interveniência de repasse de recursos	(66.450)	(63.780)	(66.450)	(63.780)
Despesa de provisões operacionais (ii)	(559.860)	(266.050)	(552.953)	(263.465)
Tarifas	(26.030)	(32.206)	(26.030)	(32.206)
Outras	(26.028)	(21.067)	(25.965)	(20.076)
Total	(690.704)	(397.971)	(683.718)	(394.390)

(i) No conglomerado financeiro, recuperação de PIS e Cofins, atualizados pela Selic, sobre receita não compreendida na atividade ou objeto social, inciso IV. do art. 12 do Decreto de Lei 1.598/77;

(ii) Basicamente, reversão e constituição de provisões de natureza cível, trabalhistas e fiscais.

(iii) Na rubrica "Participação sobre prêmios emitidos" está registrado o valor de parceria com empresa de seguros;

Notas Explicativas

**25. Imposto de renda e contribuição social****(a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Conglomerado Financeiro					
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	Total
Saldo inicial em 31/12/2019	622	1.932.606	715.154	1.655	2.650.037
Constituição		476.499	1.718	45.023	523.240
(Realização / Reversão)	(75)	(396.127)	(13.797)	(1.661)	(411.660)
Saldo final em 30/09/2020	547	2.012.978	703.075	45.017	2.761.617

Banco					
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	Total
Saldo inicial em 31/12/2019	547	1.898.753	351.368	1.655	2.252.323
Constituição		475.775	1.697	44.970	522.442
(Realização / Reversão)		(399.051)	(3.868)	(1.654)	(404.573)
Saldo final em 30/09/2020	547	1.975.477	349.197	44.971	2.370.192

O Conglomerado Financeiro adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Em 30 de setembro de 2020, esses saldos possuem as seguintes características:

O Conglomerado Financeiro possui prejuízo fiscal para fins de Imposto de Renda no montante de R\$1.637.628 (2019 – R\$1.663.309) e de base negativa de contribuição social no montante de R\$1.468.337 (2019 – R\$1.488.151) e Crédito de Contribuição Social – MP 2.158-35 de R\$547 (2019 – R\$622) que serão recuperados segundo expectativa de projeção de lucros tributáveis futuros.

Os créditos tributários relacionados as adições temporárias referem-se, principalmente, a Provisões para causas fiscais e previdenciárias discutidos em âmbito judicial ou administrativo, provisões trabalhistas e cíveis, cuja realização depende do encerramento dos respectivos processos, e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

Os estudos técnicos elaborados demonstram a capacidade da Instituição de geração de lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes.

(b) O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre exclusões temporárias no montante de R\$121.741 (2019 - R\$33.804) no Conglomerado Financeiro e R\$121.444 (2019 – R\$33.532) no Banco, referem-se principalmente, a Marcação à Mercado de Títulos e Valores Mobiliários.

Notas Explicativas



(c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

	2020		Conglomerado Financeiro	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	336.914	336.914	287.253	287.253
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	(60.040)	(60.040)	(113.568)	(113.568)
Participação nos lucros	(46.672)	(46.672)	(17.804)	(17.804)
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial	(1.032)	(1.032)	19.358	19.358
Variação cambial de investimento no exterior	(79.517)	(79.517)	(14.540)	(14.540)
Inovação tecnológica (i)	(31.764)	(31.764)		
Outros	(6.940)	(7.823)	5.044	(2.183)
Base de cálculo	110.949	110.066	165.743	158.516
Alíquota base	(16.643)	(22.013)	(24.862)	(23.778)
Alíquota adicional	(11.077)		(16.555)	
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (ii)		11.801		
Incentivos fiscais	492		693	
Encargos (Créditos) com Imposto de renda e Contribuição social	(27.228)	(10.212)	(40.724)	(23.778)

	2020		Banco	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	314.903	314.903	244.939	244.939
Juros sobre o capital próprio	(60.040)	(60.040)	(113.568)	(113.568)
Participação nos lucros	(46.672)	(46.672)	(17.804)	(17.804)
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial	(112.053)	(112.053)	(58.907)	(58.907)
Inovação tecnológica (i)	(31.764)	(31.764)		
Outros	(5.325)	(3.326)	4.250	(1.827)
Base de cálculo	59.049	61.048	58.910	52.833
Alíquota base	(8.857)	(12.209)	(8.837)	(7.925)
Alíquota adicional	(5.887)		(5.873)	
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (ii)		11.094		
Incentivos fiscais	429		447	
Encargos (Créditos) com Imposto de renda e Contribuição social	(14.315)	(1.115)	(14.263)	(7.925)

(i) Lei 11.196/2005, art.17, inciso I; e

(ii) Efeito da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido realizado no período de janeiro e fevereiro/2020 com vigência da alíquota antes de sua majoração (nota 2.2 p).

Notas Explicativas

**26. Transações com partes relacionadas (Banco)**

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BACEN nº 4.636, de 22/02/2018, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais com as demais operações do banco.

(a) Transações com partes relacionadas

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

Partes Relacionadas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa) 30 de setembro	
	2020	2019	2020	2019
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	439.487	183.625	9.715	5.949
Operações de crédito				
Pessoal chave da Administração	2.678	2.754	184	46
Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas	34.728	20.572	2.479	1.355
Rendas a Receber				
Banco Cifra S.A.	1.524			
Banco BCV S.A.	2.546			
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	3.751	2.476		
Cifra S.A. Créd. Fin. Invest.	19	19		
Outros Créditos				
Banco Cifra S.A.		312		
Banco BCV S.A.	2.370	14.022		
Serviços de Cobrança				
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.	63	78		
Depósitos à vista				
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(160)	(944)		
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	(51)			
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda	(34)	(41)		
Help Franchising	(125)	(417)		
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda	(492)	(1.004)		
ME Promotora de Vendas Ltda	(350)	(414)		
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(5)	(10)		
Bmg Participações Em Negócios Ltda	(165)	(98)		
Cmg Corretora De Seguros	(145)	(183)		
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	(25)	(2.228)		
Depósitos interfinanceiros				
Banco BCV S.A.	(990.044)	(953.879)	(23.493)	(42.958)
Banco Cifra S.A.	(614.207)	(602.752)	(14.675)	(26.746)
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(848.760)	(341.938)	(11.239)	(7.589)
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	(9.572)	(9.664)	(232)	(498)
Depósitos a prazo				
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda	(6.764)	(8.772)	(157)	(358)
Help Franchising	(14.590)	(11.978)	(302)	(509)
ME Promotora de Vendas Ltda	(7.221)	(7.554)	(188)	(278)
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda	(588.692)	(1.128)	(9.869)	(3.895)
BMG Soluções Eletrônicas S. A	(377)	(368)	(16)	(29)
Bmg Participações Em Negócios Ltda	(23.960)	(865)	(296)	(50)
Cmg Corretora De Seguros	(8.585)	(6.953)	(188)	(363)
Obrigações por letras financeiras				
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda	(409.180)		(15.021)	
Outras obrigações				
BMG Bank (Cayman) Ltd.		(1.819)		
Banco Cifra S.A.	(15)			
Banco BCV S.A.	(1.257)	(10.176)		
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	(2)	(165)		
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.	(314)	(395)		

Em setembro de 2020, o Conglomerado do BMG contratou seguro garantia com prêmios no montante de R\$1.049 com a BMG Seguros S.A.

As aplicações e captações de recursos, com partes relacionadas, foram contratadas a taxas de mercado.

Notas Explicativas



A EGL – Empreendimentos Gerais Ltda. (empresa não financeira pertencente ao Grupo BMG), adquiriu créditos sem coobrigação com o Banco BMG, que por força de contrato de cessão, recebe 20% dos repasses a serem efetuados, a título de serviços de cobrança. Em 30 de setembro de 2020, os valores a repassar a EGL – Empreendimentos Gerais Ltda., totalizavam R\$314 (2019 – R\$395) e os serviços de cobrança representavam R\$63 (2019 – R\$78).

(b) Remuneração dos administradores

Conforme descrito na Nota 2.2(s), em acordo com a Resolução CMN 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre Conselho de Administração e Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

(i) Benefícios de curto e longo prazo a administradores

	2020	2019
Remuneração	18.907	11.108
Contribuição INSS	4.254	2.500
Total	23.161	13.608

(ii) Pagamento baseado em ações

Com objetivo de estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo e alinhamento entre interesses de colaboradores, diretores e acionistas do Grupo BMG possibilitando a Companhia atrair e reter talentos, maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável, foi implantando em 2020 um Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, cuja supervisão, planejamento e controle compete ao Conselho de Administração.

Este programa permite que diretores e demais colaboradores elegíveis recebam ações preferenciais de emissão da Companhia “BMGB4”, como um incentivo de longo prazo compondo suas respectivas remunerações variáveis (“*Performance Shares Units*” ou “PSU”), observadas, quando aplicáveis, as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10, o Pronunciamento Técnico CPC 10 “Pagamento Baseado em Ações” e a Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A quantidade de ações a ser outorgadas no âmbito do presente plano não ultrapassará 10% das ações em circulação na data de 18 de março de 2020 e serão avaliadas de acordo com a média ponderada do preço de fechamento da ação nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da apuração do PSU.

Como efeito a implantação do Plano de Incentivo de Longo Prazo, o Banco Reconheceu em Reservas de Capital o montante de R\$2.670, para pagamento referente ao exercício de 2020, com data de pagamento a partir do exercício de 2021 mediante deliberação em Assembleia de acionistas.

(iii) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução nº 4.693, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante o atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco BMG estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas



27. Estimativa do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

				Conglomerado Financeiro		
				2020		
ATIVO	Valor	Valor Justo	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado não realizado
	Contábil					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	46.570	46.570		46.477	46.477	
Títulos e valores mobiliários	5.963.857	5.963.857		2.056.068	2.056.068	
Instrumentos financeiros derivativos	381.241	381.241		204.946	204.946	
Operações com características de concessão de crédito	13.064.386	12.348.726	(715.660)	11.454.539	11.259.087	(195.452)
PASSIVO						
Depósitos	12.786.089	12.550.666	(235.423)	10.271.776	10.008.016	(263.760)
Captações no mercado aberto - carteira própria	1.711.150	1.711.150				
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.868.917	2.868.808	(109)	726.838	667.466	(59.372)
Obrigações por empréstimos e repasses	788.648	788.648		712.225	692.759	(19.466)
Instrumentos financeiros derivativos	86.261	86.261		130.857	130.857	
Dívidas e letras financeiras subordinadas	132.359	132.359		792.809	823.509	30.700
				Banco		
				2019		
ATIVO	Valor	Valor Justo	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado não realizado
	Contábil					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	486.057	486.057		230.102	230.102	
Títulos e valores mobiliários	5.936.492	5.936.492		2.029.255	2.029.255	
Instrumentos financeiros derivativos	381.241	381.241		204.946	204.946	
Operações com características de concessão de crédito	12.190.276	11.474.616	(715.660)	10.835.915	10.663.789	(172.126)
PASSIVO						
Depósitos	15.251.064	15.015.642	(235.422)	12.182.233	11.918.473	(263.760)
Captações no mercado aberto - carteira própria	1.713.750	1.713.750		21.604	21.604	
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.868.917	2.868.808	(109)	726.838	667.466	(59.402)
Obrigações por empréstimos e repasses	506.520	506.520		510.673	692.759	182.086
Instrumentos financeiros derivativos	86.261	86.261		130.857	130.857	
Dívidas e letras financeiras subordinadas	132.359	132.359		792.809	823.509	30.700

Notas Explicativas



O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

28. Outras informações

(a) Compromissos e Garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Conglomerado Financeiro a clientes montam R\$293.600 (2019 – R\$330.687) e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.

Com o advento da Resolução nº 4.512/16, referente ao tratamento para garantias financeiras prestadas, o saldo de provisão de avais e fianças, teve impacto negativo no resultado do período findo em 30 de setembro de 2020 de R\$91 (2019 negativo em R\$899).

(b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Com objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Conglomerado BMG, ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

Notas Explicativas



(c) Eventos subsequentes

- (i) Conforme Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, o Grupo Financeiro BMG foi objeto de medida de busca e apreensão em decorrência dos desdobramentos da Operação “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, investigando supostos ilícitos relacionados a crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem tributária que teriam sido alegadamente praticados por determinados dirigentes do Banco no período entre 2014 e 2016.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi deliberado pela criação de um Comitê Especial nomeado ad hoc para conduzir uma análise profunda e detalhada relativas à denúncia, formado por cinco membros, sendo três membros independentes e dotado de recursos humanos e financeiros próprios conforme seja necessário para o irrestrito e completo cumprimento de suas atribuições. Nesse contexto, foi contratado escritório advocatício especializado em investigações corporativas e uma empresa especializada em auditoria forense.

O propósito da investigação é a identificação de eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os consequentes eventuais impactos sobre os controles internos e as demonstrações financeiras do Banco. Os trabalhos do Comitê Especial, do escritório advocatício e da auditoria forense estão em andamento, não sendo possível antecipar quaisquer resultados até momento.

- (ii) Em 03 de novembro de 2020, diante do cumprimento de todas as condições suspensivas, foi consumada a operação prevista no contrato de compra e venda de quotas da CMG Corretora de Seguros Ltda, celebrado em 06 de agosto de 2020, conforme nota explicativa 11.

(d) Impactos da pandemia decorrente do COVID 19 (Coronavírus)

Em consonância com o Ofício n.º 02/2020 emitido pela CVM, diante da pandemia de COVID-19, o Banco BMG está pensando em todos e por isso vem tomando todas as medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

Mais do que tomar todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, o Bmg adaptou sua forma de relacionamento com os clientes, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

O relacionamento com seus principais parceiros se refinou ainda mais, com destaque para as adaptações no formato de atendimento e formalização, criando assim uma nova alternativa perene na originação dos produtos.

Para clientes, o Bmg estendeu benefícios focados nas necessidades do momento. O Banco lançou o Volta pra Mim Farmácia – benefício temporário no qual ao utilizar os cartões Bmg de débito ou crédito em farmácias, os clientes têm parte do dinheiro gasto de volta para a conta. Além disso, o Bmg realizou uma parceria com a rede de farmácia Pague Menos para desconto de até 30% ao apresentar o cartão de crédito Bmg.

Para os colaboradores, o Bmg reforçou seu compromisso com a transformação, estendendo o modelo de *home office* do corporativo até o final do ano. Com a comprovação do engajamento e da produtividade, já foi anunciada a extensão da prática para 2021.

No âmbito social, o Banco segue fazendo doações, para criação de estruturas exclusivas de combate ao vírus em hospitais e de cestas básicas para distribuição em comunidades carentes.

A rápida resposta e adaptação do Banco diante de um momento tão sensível, só foi possível devido ao forte processo de transformação e modernização em andamento.

Notas Explicativas



29. Gestão de riscos

1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital e Análise de Sensibilidade

Para o Conglomerado do BMG, a gestão de riscos e capital é essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, bem como para garantir a preservação da integridade e a independência dos processos. Desta forma, o Conglomerado do BMG tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Neste contexto, o Conglomerado do BMG gerencia seus riscos - de capital, de liquidez, de mercado, crédito e operacional - com ações específicas para cada um, descritas de forma resumida abaixo. Os demais riscos de Pilar II, tais como os riscos de imagem, de estratégia e socioambientais, são também monitorados pela Diretoria de Riscos e Compliance, com reporte ao Comitê de Gestão de Riscos e de Capital.

O documento que detalha a estrutura e diretrizes estabelecidas no gerenciamento dos riscos, juntamente com o Relatório de Pilar 3, podem ser visualizados no site (<http://www.bancobmg.com.br/ri/>), na seção de Governança Corporativa, Gestão de Riscos.

1.1 Gerenciamento do Capital

O Banco BMG optou pela constituição de estrutura de gerenciamento de capital centralizada para o Conglomerado do BMG, nomeando um diretor responsável para toda a estrutura.

Fórum de Gestão do Capital é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital.

O comitê é conduzido pela Diretoria Riscos e Compliance com o objetivo de apresentar ao Conselho de Administração e demais Diretorias o Índice de Basileia atual, bem como as projeções para os próximos três anos.

Dentre as principais atividades do Comitê, destacamos:

- Promover discussões e decisões sobre temas relacionados às Políticas, procedimentos, metodologias e processos relacionados ao gerenciamento de capital e ao Plano de Capital, conforme estabelecidos em Política;
- Validar a Política de Gerenciamento de Capital e o Plano de Capital da Organização e submetê-los à aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração;
- Submeter à Diretoria e ao Conselho de Administração deliberações do comitê que afetem a Política e o Plano de Capital;
- Acompanhar a efetividade do processo de gerenciamento de capital no âmbito da Organização, inclusive os possíveis impactos no capital, oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro;
- Reportar ao Conselho de Administração as variações significativas nas projeções financeiras e na necessidade futura de capital, bem como possíveis alterações relevantes em relação às estratégias adotadas, o montante de capital a ser alocado e os efeitos de testes de estresse no âmbito da Organização;
- Posicionar regularmente o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê.

A Área de Riscos, é a unidade responsável pelo gerenciamento do capital do Conglomerado do BMG, assim como pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro.

Os dados quantitativos referentes a aos requerimentos de capital regulatórios bem como o cumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor, podem ser visualizados na “Nota 3 - Exigibilidade de capital e limites de imobilização”.

Notas Explicativas



1.2 Risco de Crédito

A estratégia de atuação do Banco BMG é de foco no segmento Varejo, oferecendo soluções de crédito eficientes para diferentes perfis de clientes.

Assim, os principais produtos de crédito são: Cartão de Crédito Consignado, Crédito na Conta (crédito pessoal com débito em conta) e BMG Empresas, sendo mantida aberta a possibilidade de desenvolvimento de outros produtos com potencial de crescimento e rentabilidade.

As políticas de crédito específicas de cada produto são estabelecidas com base em fatores internos e externos, levando em conta o ambiente econômico e o perfil de apetite a riscos da instituição.

Destacam-se, dentre os fatores internos: a qualidade da carteira, margens, taxas de retorno, objetivos e metas da empresa; fatores externos: variação da capacidade de pagamento dos clientes devido a uma desaceleração econômica, inflação, desemprego, crises etc.

O processo de concessão de crédito baseia-se em uma avaliação do risco x retorno da operação, no estabelecimento de limites aos clientes de acordo com seu grau de exposição ao risco e verificação dos dados cadastrais informados. Como parte da avaliação, podem ser consultados *bureaus* de crédito para auxílio na decisão e na classificação de risco do cliente.

O monitoramento das políticas de crédito é feito através de relatórios de performance periódicos que, apresentando variações (melhora ou piora de performance), apontarão eventual necessidade de revisão, adequando-se à nova dinâmica.

1.3 Risco de Mercado

Os acionistas e administradores do Conglomerado do BMG entendem que a gestão de risco de mercado, aliada a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garante que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo conhecedora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco.

Considera, ainda, que todos os níveis hierárquicos da instituição têm papéis e responsabilidades em relação à gestão do risco em suas atividades, para a eficácia dos controles.

A área de gerenciamento de risco de mercado utiliza práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento diário dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações da exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias (commodities), prevendo, inclusive, os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

O Conglomerado Prudencial BMG é conservador quanto à exposição a risco de mercado, estabelecendo limites para o posicionamento em determinados mercados e produtos, e limitando as perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, com o acompanhamento diário destes limites que é efetuado por área independente à do gestor das posições.

A área de gerenciamento de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos limites e disponibiliza relatórios gerenciais de controle das posições, além de reporte e apresentações periódicas à Alta Administração.

Os resultados da mensuração, envolvendo situações de normalidade e de estresse, e a realização dos testes de aderência, além da verificação do cumprimento dos limites estabelecidos, são divulgados através da Carta Mensal de Risco de Mercado a toda Diretoria Executiva e ao Comitê de Ativos e Passivos.

1.4 Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo manter sistemas de controle estruturados em consonância com os perfis operacionais da instituição, periodicamente reavaliados, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiros e de capitais, de forma a evidenciar e mitigar o risco de liquidez decorrente das atividades desenvolvidas.

Notas Explicativas



Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Conglomerado do BMG preocupa-se com o gerenciamento do risco de liquidez, delegando a missão de monitoramento a profissionais devidamente qualificados com conhecimentos necessários para um efetivo controle e que atenda as exigências de órgãos reguladores, aliados aos princípios estabelecidos pelo acordo de Basileia.

O gerenciamento do risco de liquidez deverá assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da instituição estejam sendo continuamente avaliados. Os controles internos deverão ser revisados de modo a abranger apropriadamente novos riscos ou riscos previamente não controlados.

1.5 Risco Operacional

O Conglomerado do BMG considera a gestão do risco operacional um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios, provendo o adequado entendimento dos riscos associados aos seus negócios, de forma que qualquer evento que possa interferir adversamente o alcance dos objetivos seja identificado e tratado.

Neste sentido, a resposta ao risco compreende em evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir o risco, dentro dos parâmetros estabelecidos e avaliação do custo/benefício.

Considera, ainda, que a responsabilidade pela gestão dos riscos deve ser exercida por todos os colaboradores, independentemente de seu nível hierárquico, que devem expressar preocupações quando identificadas falhas de controles ou violações nas regras definidas pelo Conglomerado do BMG.

A estratégia caracteriza-se pelo monitoramento de todos os riscos conhecidos e potenciais da instituição e das empresas prestadoras de serviços, visando a implementação de controles adequados, considerando o custo / benefício de cada item avaliado, conforme classificação do risco.

Todos os eventos de riscos que configurem perda operacional efetiva deverão ser controlados, de forma a identificar, com facilidade, as ocorrências da espécie e a sua documentação, tanto para atendimento à alta administração no seu gerenciamento, quanto para subsidiar o fornecimento de informações às autoridades supervisoras.

1.6 Análise de Sensibilidade

(a) Ativos e passivos

Em cumprimento à Instrução No ao art.17º da Circular Bacen nº 3959/19, o Banco BMG realizou análise de sensibilidade através da aplicação do "Programa de Testes de Estresse" conforme definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo:

- **Otimista:** consideramos uma melhoria de produtividade de 10%, elevação da qualidade do crédito em 10% (PCLD menor), redução de taxas de captação em 10%, redução nas provisões para contingências em 10%.
- **Pessimista 1:** consideramos uma piora de produtividade de 10%, piora da qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 10%, aumento nas provisões para contingências em 10%.
- **Pessimista 2:** consideramos uma piora de produtividade de 20%, piora da qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 20%, aumento nas provisões para contingências em 20%.
- **Pessimista 3:** simulação de estresse reverso onde estressamos as principais variáveis até o ponto de zerar o Lucro Líquido do Banco

Notas Explicativas



Efeito bruto no resultado								
	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3
Produtividade	10.571	(37.453)	(66.581)	(99.653)	5.814	(20.599)	(36.619)	(54.809)
Qualidade de crédito (PCLD)	67.949	(67.949)	(135.898)	(203.846)	37.372	(37.372)	(74.744)	(112.116)
Taxas de captação	6.962	(6.836)	(14.071)	(21.060)	3.829	(3.760)	(7.739)	(11.583)
Provisões para contingências	33.600	(33.600)	(67.200)	(100.800)	18.480	(18.480)	(36.960)	(55.440)

(b) Risco de mercado

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475, o Banco BMG realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira banking consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais hedges. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como banking.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de stress são realizados pela área de Risco.

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas a variação cambial	(1.845)	(2.097)	(2.516)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas a variação de taxas de juros pré-fixadas	(25.698)	(64.245)	(128.490)
Cupom cambial	Exposições sujeitas a variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	898	2.245	4.490
IPCA/IGPM	Exposições sujeitas a variação de taxas dos cupons de índices de preços	19.830	49.574	99.148
Total		(6.815)	(14.523)	(27.368)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira Banking. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;

Notas Explicativas

Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;

Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	Aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	Aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	Aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.

- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.

O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

* * *

Marco Antonio Antunes

(Diretor Executivo Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores)

Paulo Augusto de Andrade

(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Damiana Abreu da Silva

CRC - 1SP251315/O-1
(Contadora Responsável)

Notas Explicativas

***Informações trimestrais consolidadas
preparadas de acordo com normas
internacionais de relatórios financeiros – IFRS
em 30 de setembro de 2020 e relatório do auditor
independente sobre as demonstrações financeiras***

***Os quadros das Informações trimestrais
consolidadas, são apresentados com base nas
informações do Consolidado em IFRS***

Notas Explicativas



1 Informações gerais

O Banco BMG S.A. ("Banco" ou "Instituição") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Consolidado") está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Grupo é formado pelas controladas: BMG Leasing S.A., BMG Bank Cayman Ltd., Banco Cífra S.A., Banco BCV S.A., Cífra Financeira S.A., CB Intermediação de Negócios Ltda e sua controlada ME Promotora de Vendas, BMG Soluções Eletrônicas Ltda, Help Franchising Participações Ltda, BMG Participações em Negócios Ltda e sua controlada BMG Seguros S.A., e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes. Informações detalhadas sobre as controladas encontram-se descritas na nota de consolidação.

O Banco BMG S.A. ("BMG" ou "Banco"), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela BMG Participações em Negócios Ltda., está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em IFRS foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco em 16/11/2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco BMG S.A. e suas controladas foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.776/20 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que requer a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas**(i) Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o controle. O BMG controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As empresas consolidadas e as suas participações estão demonstradas a seguir:

			Participação em %	
Controladas	País de constituição	Atividade	2020	2019
BMG Leasing S.A.	Brasil	Arrendamento Mercantil	99,99	99,99
BMG Bank Cayman Ltda.	Ilhas Cayman	Banco	100	100
Banco BCV S.A.	Brasil	Banco	100	100
Banco Cifra S.A.	Brasil	Banco	100	100
Cifra Financeira S.A.	Brasil	Banco	100	100
ME Promotora de vendas Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	80	80
BMSE Participações Ltda.	Brasil	Comércio eletrônico	99,38	99,74
Help Franchising Participações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,98	99,98
BMG Participações em Negócios Ltda.	Brasil	Holding	99,99	92,99
BMG Seguros S.A.	Brasil	Seguros	70	70
CB Fácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,99	99,99
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	Brasil	Sub Adquirente	75,00	65,01
			Participação em %	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios			2020	2019
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes			100	100

Notas Explicativas



Transações, saldos e ganhos não realizados entre as instituições integrantes do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas.

Na rubrica “Receitas de juros e rendimentos similares”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de operações de crédito cedidas e o custo do financiamento na rubrica “Despesas de juros e similares”.

(ii) **Transações com participações de não controladoras**

O Grupo trata as transações com participações de não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

De acordo com a IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade que atua em atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados sejam regularmente avaliados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade e em relação ao qual estão disponíveis informações financeiras distintas.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva junto ao Comitê Executivo (Comex), responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A administração separa as suas informações em dois segmentos operacionais: Banco de Varejo e Banco de Atacado.

Estes segmentos operacionais são descritos a seguir:

- Banco de Varejo: o resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas físicas.
- Banco de Atacado: o resultado do segmento Banco de Atacado decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas jurídicas.

O resultado por segmento operacional encontra-se informado no quadro abaixo:

Notas Explicativas



	2020				
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP	Ajustes IFRS	Consolidado IFRS
Margem Financeira	1.579.300	529.544	2.108.844	11.755	2.120.599
Receita de prestação de serviços	39.415	2.673	42.088	31.849	73.937
Resultado de intermediação financeira	1.618.715	532.217	2.150.932	43.604	2.194.536
Despesa de prov. para créditos de líq. duvidosa	(542.888)	(88.607)	(631.495)	(57.086)	(688.581)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	66.267	13.299	79.566		79.566
Resultado bruto financeiro	1.142.094	456.909	1.599.003	(13.482)	1.585.521
Despesas totais	(1.003.079)	(260.989)	(1.264.068)	(77.272)	(1.341.340)
Resultado de participação em coligadas	7.046	(6.014)	1.032	(476)	556
Resultado operacional	146.061	189.906	335.967	(91.230)	244.737
Resultado não operacional		947	947	44.187	45.134
Participação estatutária		(46.672)	(46.672)	46.672	
Imposto de renda e contribuição social	(16.285)	(21.155)	(37.440)	(3.104)	(40.544)
Lucro líquido	129.776	123.026	252.802	(3.475)	249.327

	2019				
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP	Ajustes IFRS	Consolidado IFRS
Margem Financeira	1.337.595	241.518	1.579.113	(15.956)	1.563.157
Receita de prestação de serviços	24.912	4.943	29.855	84.347	114.202
Resultado de intermediação financeira	1.362.507	246.461	1.608.968	68.391	1.677.359
Despesa de prov. para créditos de líq. Duvidosa	(410.041)	(46.579)	(456.620)	(46.379)	(502.999)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	99.480	9.854	109.334		109.334
Resultado bruto financeiro	1.051.946	209.736	1.261.682	22.012	1.283.694
Despesas totais	(788.060)	(167.074)	(955.134)	(30.822)	(985.956)
Resultado de participação em coligadas	(19.623)	265	(19.358)	19.358	
Resultado operacional	244.263	42.927	287.190	10.548	297.738
Resultado não operacional		63	63	24	87
Participação estatutária		(17.804)	(17.804)	17.804	
Imposto de renda e contribuição social	(105.554)	41.052	(64.502)	(5.350)	(69.852)
Lucro líquido	138.709	66.238	204.947	23.026	227.973

Notas Explicativas



2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Banco, e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do período na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais".

2.5 Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, aplicações no mercado aberto de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revenda

O Grupo dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas "Aplicações no mercado aberto" e "Captações no mercado aberto", respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em "Receitas de juros e rendimentos similares" e "Despesas de juros e rendimentos similares", respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no balanço patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

Notas Explicativas



2.7 Ativos e passivos financeiros

2.7.1 Reconhecimento e mensuração

(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo passou a aplicar a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Custo Amortizado;
- (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- (iii) Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependerá do modelo de negócios nas quais são administrados e das características dos fluxos de caixa - SPPI Test.

O modelo de negócios refere-se a como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam do reconhecimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos ou ambos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

A avaliação dos modelos de negócios considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test).

Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos Similares.

Notas Explicativas



(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;
- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e
- Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

(iii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e
- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

O Grupo designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, estimam-se os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo por meio do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do resultado consolidada em “Despesas de juros e rendimentos similares”.

As obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros representam as obrigações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

Notas Explicativas



(b) Hedge

O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e optou na adoção do IFRS 9 em permanecer adotando os critérios do IAS 39, como permitido na adoção inicial.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil, todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior. O banco não tem *hedge* de investimento líquido em operações no exterior.

Os valores justos dos vários instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(i) Hedge de Valor Justo

Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

(ii) Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela efetiva das variações ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Receita/Despesa de juros e rendimentos similares".

Os valores acumulados em outros resultados abrangentes são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em outros resultados abrangentes, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os instrumentos financeiros derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece em Resultado Abrangente e é reconhecido no resultado, quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho

Notas Explicativas



ou a perda acumulado que havia sido apresentado em outros resultados abrangentes é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receita/Despesa de juros e rendimentos similares".

(c) Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isto não altera substancialmente seus termos e condições, o Grupo não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro. Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Grupo baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito. O Grupo também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração do Resultado.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando todos os riscos e benefícios de propriedade são transferidos substancialmente e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(i) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Grupo. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

(e) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

(f) Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O Grupo mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração do Resultado quando o direito do Grupo é reconhecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas



2.8 Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no balanço patrimonial consolidado na rubrica Operações de crédito e arrendamento mercantil.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo Grupo são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Grupo e ocorre na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Receita de juros e rendimentos similares".

2.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perda de Crédito Esperada

O Grupo avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco espera recuperar.

A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses.

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e

Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste

Notas Explicativas



caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Mudança de estágio

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo realizado pelo Grupo.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

2.10 Ativos não correntes disponíveis para venda

Em conformidade com o IFRS 5, nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado.

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento.

Estes bens quando recebidos por dação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico.

2.11 Intangível

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Notas Explicativas



Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear como segue:

	Anos
Edificações	Entre 20 e 25
Sistema de segurança	Entre 18 e 20
Instalações	Entre 8 e 10
Móveis e equipamentos de uso	Entre 8 e 10
Sistema de comunicação	Entre 8 e 10
Veículos	Entre 3 e 5
Sistema de processamento de dados	Entre 3 e 5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

2.13 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de provisão para redução ao valor recuperável no final de cada período de balanço ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da provisão para redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais

baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido provisão para redução ao valor recuperável, exceto o ágio, são revisados para a análise de uma possível reversão da provisão para redução ao valor recuperável na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas



O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20% para instituições financeiras e equiparadas e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.16 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal (Nota 21 (a)).

2.18 Reconhecimento da receita

Os critérios mais significativos utilizados pelo Grupo para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(a) Receitas com juros, despesas com juros e similares

Receitas com juros, despesas com juros e similares são reconhecidas pelo método da taxa de juros efetiva. Para operações de crédito em que o pagamento de principal ou juros apresentar atraso igual ou superior de 60 dias ou mais, o reconhecimento da receita de juros deixará de ocorrer.

(b) Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, como parte da taxa efetiva de juros, utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando incorridas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços de forma linear.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

(c) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

(d) Cobranças e pagamentos diferidos

Notas Explicativas



Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

2.19 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do Grupo pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social do Grupo, calculadas com base no resultado apurado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando declarado na forma do estatuto social e/ou na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para 30 de setembro de 2020

- IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 – Tributos sobre a Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e não houve impactos materiais para as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.

- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos Financeiros) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

O Grupo adotou a IFRS 16 pelo método de transição retrospectivo modificado em 1º de janeiro de 2019, utilizando-se os seguintes critérios:

- taxa de desconto, considerando uma carteira de contratos;
- cálculo do passivo de arrendamento e do Ativo de Direito de Uso pelo valor presente dos pagamentos remanescentes.

Em 30 de setembro de 2020, o montante de R\$ 127.067 referente às Operações de Arrendamento encontra-se registrado em Outros Ativos e o montante de R\$143.643 (Nota 17) em Outros Passivos Financeiros.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos e Aplicáveis em Períodos Futuros

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
- Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;

Notas Explicativas



- Variable Fee Approach: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Notas Explicativas



3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação.
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

(a) Mensuração da provisão para redução do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado”

Os ativos classificados nesta categoria são mensurados através do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Grupo deve avaliar as perdas esperadas inerentes aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolvem critérios diversos de avaliação, tais como análise das características específicas de cada carteira de empréstimos e recebíveis as garantias existentes e risco das operações.

O Grupo utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme Nota 2.9. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda esperada observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

(b) Provisões e Passivos contingentes

O Grupo revisa periodicamente suas causas judiciais que são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. Para as causas classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial na rubrica Provisões, conforme detalhado na Nota 18.

Os valores das provisões são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Grupo terá lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas

Notas Explicativas



quando for considerado provável que o Grupo terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

4 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada por uma diretoria específica do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O departamento de Risco do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa, princípios estes acompanhados pela revisão do Comitê de Análise de Ativos e Passivos ("ALCO").

4.1 Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Grupo podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros), e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pelo departamento de riscos.

4.1.1 Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta a exposição máxima ao risco de crédito em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, sem considerar garantias recebidas ou outras melhorias de crédito.

	30/09/2020	31/12/2019
Disponibilidade	176.073	272.936
Aplicações no mercado aberto	14.999	630.093
Depósitos compulsórios Bacen	44.632	2.925
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	5.934.715	2.113.515
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	620.987	337.778
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	381.241	204.946
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	12.569.651	11.129.599
Off-balance	5.065.400	4.190.085
Avais e fianças	293.660	330.687
Créditos a liberar	4.771.740	3.859.398
Total da exposição máxima ao risco de crédito	24.807.698	18.881.877

Notas Explicativas



Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise contempla apenas os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, os ativos não financeiros não são considerados.

Conforme a tabela acima, a exposição mais significativa advém dos empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os limites de riscos de crédito são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites autorizados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Nota 4.1.4 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

4.1.2 Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Grupo administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário, e são aprovados pelas alçadas competentes que são definidas pelo Comitê de Crédito Corporativo. O cartão de crédito consignado é um produto massificado de grande volume e baixo *ticket* médio, fato este que reduz o risco de concentração de crédito.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Grupo implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- Alienação fiduciária;
- Penhor Mercantil;
- Hipotecas;
- Nota Promissória;
- Carta fiança.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Grupo a determinar a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de acordo com o IFRS9, com base nos critérios descritos na Nota 2.9.

Notas Explicativas



4.1.3 Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade dos ativos financeiros do Grupo, que são avaliados individualmente, é feita de acordo com a classificação interna de risco e é demonstrada conforme segue:

	30/09/2020		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidade	176.073		
Aplicações no mercado aberto	14.999		
Depósitos compulsórios no Banco Central	44.632		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Operações de crédito	11.400.306	482.841	730.386
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	5.934.715		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	620.987		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	5.257		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	381.241		

	31/12/2019		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidade	272.936		
Aplicações no mercado aberto	630.093		
Depósitos compulsórios no Banco Central	2.925		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Operações de crédito	10.402.057	336.599	617.449
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	2.113.515		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	337.778		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	11.316		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	204.946		

4.1.4 Concentração de riscos

Os limites individuais de risco em operações de crédito são definidos em normativos operacionais específicos.

Esses limites são monitorados frequentemente e, em caso de desvio, haverá comunicação imediata ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco o qual deverá elaborar e gerir a execução do plano de ação para a correção e adequação.

O elevado volume de operações realizadas pela Instituição requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações e de controles internos

4.2 Risco de Mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Grupo. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros e dos preços de mercadorias (*commodities*). As carteiras de investimento avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Notas Explicativas



incluem todos os títulos e valores mobiliários pertencentes aos fundos de investimento, cuja movimentação em base diária é acompanhada.

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes correspondem, basicamente, a títulos e valores mobiliários. Essa carteira inclui risco de taxa de juros, índice de preços e câmbio. As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

Técnicas de mensuração do risco de mercado

Valor em Risco (“VaR”)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor “máximo” que o Grupo pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (1%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um “período de manutenção das posições” (10 dias). Além disto, pressupõe, também, que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias no passado. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Real e TJLP, variação de Índices de Preços denominadas em IPCA e IGP-M e variação do Câmbio. Estes limites são diariamente monitorados pela área de risco.

Teste de stress

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking* (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira *banking* consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais *hedges*. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como *banking*.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de *stress* são realizados pela área de Risco.

Notas Explicativas



Carteira de não negociação

		30/09/2020		
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(1.845)	(2.097)	(2.516)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(25.698)	(64.245)	(128.490)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	898	2.245	4.490
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	19.830	49.574	99.148
Total		(6.815)	(14.523)	(27.368)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira *Banking*. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

- Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;
- Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;
- Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.
- IPCA / IGP-M: perda decorrente de variações nos índices de preços.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.
- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.
- O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

Notas Explicativas



4.3 Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, podem ser requeridas a proteger suas posições via operações de *swap*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Concentrações de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial

	30/09/2020	31/12/2019
Ativo		
Disponibilidade / Aplicações em moeda estrangeira (dólar)	80.595	221.104
Total de ativos financeiros	80.595	221.104
Passivo		
Dívida subordinadas (dólar)		850.685
Empréstimo no exterior (dólar)	282.128	201.552
Total de passivos financeiros	282.128	1.052.237
Total de derivativos – Ativo (dólar)	152.774	13.053
Total de derivativos – Passivos (dólar)	(4.628)	(24.198)
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	148.146	(11.145)

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre, sobretudo, de captações via depósito a prazo, via interfinanceiros e via BNDES/FINAME. As captações emitidas em taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Já as captações emitidas em taxas fixas (sobretudo dívidas subordinadas e *short-term* notes) expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os anos de 2020 e de 2019, os empréstimos do Grupo em taxas variáveis eram mantidos, sobretudo, em reais.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Baseado em diversos cenários, o Grupo administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se o Grupo tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas.

A tabela abaixo resume a exposição do Grupo ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

Notas Explicativas



	30/09/2020			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Disponibilidade (Nota 5)	176.073			176.073
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	14.999			14.999
Depósitos compulsórios no Banco Central	44.632			44.632
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	57.693	67.889	255.659	381.241
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	6.170	604.104	5.324.441	5.934.715
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	4.256.739	3.829.850	4.483.062	12.569.651
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)	573.535	8.066	39.386	620.987
Total de ativos financeiros	5.129.841	4.509.909	10.102.548	19.742.298
Operações compromissadas	1.711.150			1.711.150
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 11)	2.758.591	3.921.139	10.101.451	16.781.181
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	13.670	36.713	35.878	86.261
Total de passivos financeiros	4.483.411	3.957.852	10.137.329	18.578.591

	31/12/2019			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Disponibilidade (Nota 5)	272.936			272.936
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	630.093			630.093
Depósitos compulsórios no Banco Central	2.925			2.925
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	22.848	18.930	163.168	204.946
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	3.141	6.945	2.103.429	2.113.515
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	7.771.498	1.511.484	1.846.617	11.129.599
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)	254.723	8.146	74.909	337.778
Total de ativos financeiros	8.958.164	1.545.505	4.188.123	14.691.792
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 11)	1.838.411	3.857.328	7.824.397	13.520.136
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	7.308	87.875	35.674	130.857
Total de passivos financeiros	1.845.719	3.945.203	7.860.071	13.650.993

Notas Explicativas**Exposição financeira dos instrumentos financeiros derivativos**

	30/09/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fatores de risco				
Pré-Fixado	585.065	1.592.318	399.079	904.591
Moeda estrangeira	1.689.815	660.216	1.515.320	1.172.465
IPCA	1.194.200	252.616	1.154.072	488.693
Outros	289.781	989.506	1.229.313	1.702.124
Total	3.758.861	3.494.656	4.297.784	4.267.873

4.5 Risco de Liquidez

Esse risco consiste na possibilidade de o Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Processo de gestão do risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente pela área de Risco através de um sistema interno. Há limites estabelecidos (colchão de liquidez) na política de Risco de liquidez do Grupo, acompanhadas pelo ALCO, e, caso esses sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê responsável. São elaborados relatórios como: fluxo de caixa, projeção de caixa para os próximos seis meses e caixa efetivo versus limites estabelecidos e disponibilizados a Tesouraria para a realização da tomada de decisão.

Abordagem de captação de recursos

A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez, para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio, através da captação de recursos a taxas competitivas e da diversificação de suas fontes de refinanciamento por contraparte, moeda, produto e prazo. Além disso, visa a mitigação dos riscos financeiros através da observância e monitoramento dos riscos inerentes ao negócio, tais como o risco de mercado e risco de liquidez.

Fluxos de caixa não descontado

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

Notas Explicativas



Fluxos de caixa não descontados	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	Total
Disponibilidade	177.214				177.214
Aplicações no mercado aberto	105.000				105.000
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	5.557.277	2.423.410	4.913.581	734.199	13.628.467
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	6.164	471.823	2.353.408	1.459.826	4.291.221
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	600.754	8.126	20.306		629.186
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	304.409	84.720	236.913		626.042
Total a receber	6.750.818	2.988.079	7.524.208	2.194.025	19.457.130
Depósitos					
Depósito à vista	107.292				107.292
Depósito a prazo	1.173.694	2.240.929	7.616.035	1.619.314	12.649.972
Obrigações por cessão	74.037	192.337	165.316		431.690
Depósitos interfinanceiros	237.871	29.477	7.701		275.049
Instrumentos financeiros derivativos	212.613	42.831	33.753		289.197
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	92.615	971.635	455.087	1.988	1.521.325
Obrigações por empréstimos e repasses	288.299	2.561	0	499.868	790.728
Dívida e letras financeiras subordinadas	952.739			131.446	1.084.185
Total a pagar	3.139.160	3.479.770	8.277.892	2.252.616	17.149.438
Diferença a receber (a pagar)	3.611.658	(491.691)	(753.684)	(58.591)	2.307.692

4.6 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O gerenciamento de capital do Grupo é baseado nas regras do Banco Central do Brasil (Bacen) em especial a Resolução CMN nº 4.193/13 e regulamentações complementares. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de:

I - 8%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Notas Explicativas



Para o Nível I

II - 6%, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, o patrimônio utilizado no cálculo do patrimônio de referência é o patrimônio calculado pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e não pelo IFRS.

O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido calculados para atender às regras do Banco Central do Brasil podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	2020	2019
Patrimônio de referência nível I	3.017.681	2.913.192
Capital Principal	2.904.546	2.802.519
– Patrimônio Líquido (1)	4.123.123	4.081.114
– Ajustes Prudenciais – Res. 4.192/13 CMN	(1.218.577)	(1.278.595)
Capital complementar (2)	113.135	110.673
– Letras financeiras subordinadas	113.135	110.673
Patrimônio de referência nível II (2)	19.224	18.754
– Letras financeiras subordinadas	19.224	18.754
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	3.036.905	2.931.946
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	15.791.307	13.011.603
Alocação de capital:		
– Risco de crédito	14.963.905	12.270.657
– Risco de mercado	4.047	11.812
– Risco operacional	823.355	729.134
Índice de solvabilidade (a / b)	19,23%	22,53%
Capital nível I	19,11%	22,39%
– Capital principal	18,39%	21,54%
– Capital complementar	0,72%	0,85%
Capital nível II	0,12%	0,14%
– Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876 do BACEN - Parcela “IRRBB”	55.785	30.000
Índice de imobilização	44,89%	11,88%
Folga de imobilização	155.154	1.117.709

(1) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013; e

(2) Os instrumentos elegíveis a capital, Capital Complementar e Nível II, foram emitidos observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.192, de 01/03/2013, do CMN, com vencimento de opção de recompra, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil, em 5 anos a partir da data de emissão do instrumento.

4.7 Estimativa do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.

Notas Explicativas



- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em setembro de 2020.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	3.532.896	4.886		3.537.782
Valor Justo por meio do Resultado		629.186		629.186
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		626.042		626.042
Ativo Total	3.532.896	1.260.114		4.793.010
Passivo				
Operações compromissadas		329.311		329.311
Instrumentos financeiros derivativos		289.197		289.197
Passivo Total		618.508		618.508

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em dezembro de 2019.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	2.108.629	4.886		2.113.515
Valor Justo por meio do Resultado		337.778		337.778
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		204.946		204.946
Ativo Total	2.108.629	547.610		2.656.239
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos		130.857		130.857
Passivo Total		130.857		130.857

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Notas Explicativas



Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

O Grupo não possui ativos financeiros classificados no Nível 3.

4.8 Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Grupo são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Grupo, exceto os passivos financeiros para negociação, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir é apresentada uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Grupo não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

ATIVO	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Operações de crédito	12.613.533	11.897.874		11.897.874		11.897.874
PASSIVO						
Depósitos de clientes	12.066.376	11.913.977		11.913.977		11.913.977
Obrigações por empréstimos e repasses	788.648	788.648			788.648	788.648
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	2.459.616	2.459.650		2.459.650		2.459.650
Dívida e letras financeiras subordinadas	132.359	131.365		131.365		131.365
Outros passivos financeiros	573.028	582.790			582.790	582.790
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	761.154	761.154			761.154	761.154

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas pré-fixadas tiveram seus valores atualizados pelo valor justo. A definição da taxa de valor justo foi baseada na taxa média por produto utilizada em todas as operações realizadas em setembro de 2020.
- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas ou indexadores flutuantes ou pós-fixados, tais como CDI, IGP-M, IPCA, Dólar e INPC, foram consideradas já mensuradas a valor justo, uma vez que já estão atreladas a indexador que reflete as oscilações do mercado.
- Para se determinar os valores de valor justo, foi obtido o fluxo de caixa futuro de cada operação na taxa efetiva do contrato e trazido a valor presente pela taxa de mercado, conforme determinado anteriormente, que já inclui o risco de crédito da contraparte.

Notas Explicativas



4.9 Garantias de operações de crédito

O BMG utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente.

As operações de crédito que não são relativas a crédito consignado possuem as seguintes garantias conforme o produto:

30/09/2020				
Tipo de produto				
Tipo de garantia	Crédito direto ao consumidor	Capital de Giro	Outros	Total
Alienação fiduciária	880.184	234.379	52.341	1.166.904
Nota Promissória		4.886	365.939	370.825
Cessão direitos creditórios		2.238.852		2.238.852
Penhor		409.387	54.845	464.232
Hipoteca				
Outros		17.804	207.377	225.181
TOTAL	880.184	2.905.308	680.502	4.465.994

31/12/2019				
Tipo de produto				
Tipo de garantia	Crédito direto ao consumidor	Capital de Giro	Outros	Total
Alienação fiduciária	890.796	239.064	144.664	1.274.524
Nota Promissória		4.886	365.939	370.825
Cessão direitos creditórios		2.084.474		2.084.474
Penhor		313.222	31.853	345.075
Hipoteca			12.756	12.756
Outros		28.218	124.977	153.195
TOTAL	890.796	2.669.864	680.189	4.240.849

Quando operações que possuem garantias reais entram em atraso, a política existente para a cobrança se compõe das seguintes etapas: cobrança amigável, tentativa de formalização do termo de entrega amigável, ajuizamento de ação de busca e apreensão da garantia, venda em leilão.

4.10 Combinação de negócios

Em 13 de fevereiro de 2017, o Banco BMG, através da sua controlada CB Intermediação de negócios Ltda., adquiriu 99,99% do capital social da CMG Corretora de Seguros por R\$ 316 (contraprestação total paga).

Em 09 de março de 2018, o Banco BMG comprou dos acionistas controladores 99,98% da Help Franchising Participações Ltda. Para concretização da transação foram pagos R\$6.999 por um patrimônio de R\$3.908, apurando-se um ágio no montante de R\$3.091. Subsequentemente, foi efetuado aumento de capital na Help Franchising Participações Ltda. no valor de R\$14.997.

Em 25 de maio de 2018 foi efetuado cessão e transferência de 500.000 quotas da participação na BMG Participações em Negócios Ltda., totalizando o montante de R\$500, com consequente redução da participação do Banco BMG S.A. de 96,50% para 94,49%.

Notas Explicativas



Em Assembleia realizada em 04 de outubro de 2018 foi alterada a denominação social da CB Intermediação de Negócios Ltda. que passou a ser CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. No mesmo ato, foi efetuado aumento de capital no valor de R\$100 milhões.

Em 09 de janeiro de 2019 o Banco BMG comprou 65,01% das ações da Granito Soluções em Pagamentos S.A. (anteriormente denominado Pago Soluções em Pagamento S.A.). Ao total, serão pagos R\$ 13.500 por um patrimônio de R\$2.843, apurando-se um ágio no montante de R\$10.657. Em conjunto, foi firmado opção de compra que pode ser exercida pelo Banco BMG ao final de 24 meses, contados da data de fechamento, que corresponderão à aquisição de 10% das ações de emissão da sociedade.

No quarto trimestre de 2019 foi efetuado cessão e transferência de 375.000 quotas da participação na BMG Participações em Negócios Ltda., totalizando o montante de R\$375, com consequente redução da participação do Banco BMG S.A. de 94,49% para 92,99%.

Em 29 de novembro de 2019 a BMG Participações em Negócios Ltda., sociedade controlada pelo Banco, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Assicurazioni Generali S.p.A. ("Generali"), por meio do qual alienou à Generali 30% do capital social de sua investida BMG Seguros S.A. pelo valor de R\$54.000, tendo gerado um ganho de R\$26.448 ajustado no patrimônio líquido. A BMG Participações em Negócios permanece com participação de 70% do capital social da BMG Seguros.

Em 31 de janeiro de 2020 foi efetuado o aumento de capital na BMG Participações em Negócios Ltda. no montante de R\$2.500.

Em 02 de março de 2020 foi integralizado aumento de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$1.000.000 visando maior eficiência operacional da Companhia e aproveitamento de recursos.

Em 16 de março de 2020 foi homologado pelo Banco Central do Brasil redução de capital no Banco BCV S.A. no montante de R\$334.903, para absorção de prejuízos acumulados.

Em 16 de março de 2020 foi homologado pelo Banco Central do Brasil redução de capital no Banco Cifra S.A. no montante de R\$96.645, para absorção de prejuízos acumulados.

Em 22 de abril de 2020 foi efetuado aumento de capital na BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, no montante de R\$500.000. O Banco Central homologou a integralização do aumento de capital em 24 de junho de 2020.

Em 23 de abril de 2020 a controlada BMG Participações em Negócios apresentou diminuição R\$ 6.008 de seu patrimônio líquido pela saída de acionistas minoritários. Desta forma, a participação do Banco BMG foi de 92,99% para 99,99%.

Em 06 de agosto de 2020 foi celebrado a compra de 40% das cotas da CMG Corretora de Seguros Ltda. pela Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., no montante de R\$ 44.800. A parceria visa maximizar as oportunidades para venda de produtos de seguridade. Na nova estrutura societária, o controle da CMG Corretora de Seguros Ltda. passou a ser exercido pela Wiz, com reconhecimento de avaliação do investimento por meio de equivalência patrimonial no Grupo BMG.

Em 11 de agosto foi exercido o direito de preferência na aquisição de 1.741.290 novas ações da Granito Soluções em Pagamento S.A., com o desembolso de R\$ 12.000, aumentando a participação do capital social da companhia de 65,01% para 70%. Nesta mesma data foi pago proporcionalmente aos demais sócios o montante total de R\$ 3.000, integralizando a aquisição de mais 5% das ações de emissão da sociedade, aumentando a participação do capital social da companhia de 70% para 75%.

Notas Explicativas

**5 Disponibilidades e aplicações no mercado aberto**

	30/09/2020	31/12/2019
Disponibilidades	176.073	272.936
Aplicações no mercado aberto	14.999	630.093
Total	191.072	903.029

6 Ativos financeiros**Classificação por natureza e categoria**

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades, Reservas no Banco Central do Brasil” e “Aplicações no mercado aberto”, em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está demonstrada abaixo:

	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			174.057	174.057
Operações de crédito (i)	573.535		12.613.533	13.187.068
Devedores diversos			975.425	975.425
Provisão para perdas por não recuperação (Impairment)			(1.245.191)	(1.245.191)
Aplicação em depósito interfinanceiro			46.570	46.570
Títulos e Valores Mobiliários	47.452	5.934.715	5.257	5.987.424
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		2.079.880		2.079.880
Letras do Tesouro Nacional - LTN		350.290		350.290
Notas do Tesouro Nacional - NTN		3.337.776		3.337.776
Certificado de recebíveis imobiliários		103.984		103.984
Cotas de fundos de Investimento	47.452	4.886		52.338
Certificado de depósito bancário			5.257	5.257
Debêntures		57.899		57.899
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	381.241			381.241
Total	1.002.228	5.934.715	12.569.651	19.506.594
Circulante	707.183	610.274	8.091.678	9.409.135
Não circulante	295.045	5.324.441	4.477.973	10.097.459

	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			86.397	86.397
Operações de crédito (i)	254.723		11.356.105	11.610.828
Devedores diversos			689.651	689.651
Provisão para perdas por não recuperação (Impairment)			(1.060.347)	(1.060.347)

Notas Explicativas



Aplicação em depósito interfinanceiro			46.477	46.477
Títulos e Valores Mobiliários	83.055	2.113.515	11.316	2.207.886
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		2.098.543		2.098.543
Letras do Tesouro Nacional - LTN		10.086		10.086
Cotas de fundos de Investimento	83.055	4.886		87.941
Certificado de depósito bancário			11.316	11.316
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	204.946			204.976
Total	542.724	2.113.515	11.129.599	13.785.838
Circulante	304.647	10.086	9.282.982	9.597.715
Não circulante	238.077	2.103.429	1.846.617	4.188.123

(i) Operações de crédito elegíveis para cessão, classificadas em ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

7 Instrumentos financeiros derivativos

(a) Valor justos de derivativos de negociação registrados no ativo e no passivo

	30/09/2020		31/12/2019	
	Valor justo		Valor justo	
	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Derivativo cambial	152.774	(4.628)	13.053	(24.198)
Derivativos de taxas de juros e índices	228.467	(81.633)	191.893	(106.659)
Total	381.241	(86.261)	204.946	(130.857)
Circulante	125.582	(50.383)	41.778	(95.183)
Não Circulante	255.659	(35.878)	163.168	(35.674)

As operações de swap, cujo único objetivo é proteção contra riscos dos ativos financeiros, têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Valores de referência (nocional) e valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	30/09/2020		31/12/2019	
	Valor de Referência (nocional)	Valor justo líquido	Valor de Referência (nocional)	Valor justo líquido
Derivativo cambial	307.231	148.146	703.628	(11.145)
Derivativos de taxa de juros	380.695	(57.860)	1.229.939	(83.322)
Derivativos de índices	895.500	204.694	2.125.500	168.556
Total	1.583.426	294.980	4.059.067	74.089

(c) A composição dos valores de referência (nocional) dos instrumentos financeiros derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	30/09/2020	31/12/2019
Até 30 dias	161.143	88.139
De 31 a 180 dias	195.644	388.690
De 181 a 360 dias	253.368	2.467.641
Acima de 360 dias	973.271	1.114.597
Total	1.583.426	4.059.067

Notas Explicativas



Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros.

Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)		(2.962)	1.130.342
Futuro de cupom de cambial (DDI)	1.535		1.130.255
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)		(3.613)	5.042.270
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)	1.145		1.643.914
Posição – 2020	2.680	(6.575)	8.946.781
Posição – 2019	5.673	(14)	5.254.872

(d) Operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a *hedge*

(i) *Hedge* de Risco de Mercado

O objetivo do relacionamento do *hedge* do grupo é o de proteger, da exposição à variação no risco de mercado, as captações de depósito a prazo pós-fixadas indexadas ao Dólar frente ao CDI.

Em setembro de 2020, o grupo liquidou sua posição de contratos de swap Dólar x DI utilizados para proteção da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial, o grupo negociou contratos de swap Dólar x DI no montante de R\$686.712 em 30 de setembro de 2019, e o saldo da captação na mesma data era de R\$691.045. Estes instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado do período no montante de R\$631, para a mesma data.

Em setembro de 2020, foram liquidadas em sua totalidade as operações para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA+ ("IPCA mais"), com utilização de cupom de contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de *hedge* e, como efeito dessa operação, o ajuste a valor de mercado do objeto acumulado no passivo no montante de R\$134.813 (2019 – R\$70.772) será diferido diariamente ao longo do prazo dos ativos objetos, linearmente, conforme legislação vigente.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o grupo utilizou contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de *hedge*.

Durante o período de janeiro a setembro de 2020, até a data de liquidação das operações, os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$51.482.

Em 30 de setembro de 2019, os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$70.772.

(ii) *Hedge* de Fluxo de caixa

O objetivo do relacionamento do *hedge* do grupo é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o grupo negociou contratos futuros de DI de 1 dia, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$4.718.118 (2019 – R\$2.272.554). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R\$112 (2019 – credor de R\$9.692), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas

**(e) Gestão de instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros (diferenciais) registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis.

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (Swap, Opções, Termo e contratos de futuro) com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes.

A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "VaR" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de "stress", acompanhados pelo ALCO.

8 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Ao custo amortizado		
	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	174.057	86.397
Relações com correspondentes	4.535	22.390
Relações de interdependências	169.522	64.007
Operações de crédito líquido	11.368.342	10.295.758
Devedores diversos	975.425	689.651
Baixas sem financeiro (i)	501.817	508.474
Provisões aos valores não recuperáveis (i)	(79.572)	(68.959)
Recebíveis de transações de pagamento	207.850	39.743
Valor a receber pela cessão de recebíveis	148.797	16.502
Outros	196.533	193.891
TOTAL	12.517.824	11.071.806
Circulante	8.079.561	9.237.927
Não Circulante	4.438.263	1.833.879

(i) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

Notas Explicativas



Operações de crédito

(a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da carteira de crédito nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	30/09/2020	31/12/2019
Operações de crédito		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	12.613.533	11.356.105
Provisão para perdas por não recuperação (<i>Impairment</i>)	(1.245.191)	(1.060.347)
Operações de crédito líquido	11.368.342	10.295.758
Circulante	6.930.079	8.461.879
Não Circulante	4.438.263	1.833.879

(b) Valor contábil bruto (Carteira de Crédito)

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito segregadas por estágio:

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2020
CDC - Crédito Pessoal	8.815.793	830.059	9.645.852
Pessoas físicas	10.386	(3.048)	7.338
CDC - Veículos	36	(34)	2
Carteira Comercial	1.575.842	171.272	1.747.114
Total	10.402.057	998.249	11.400.306
Estágio 2	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2020
CDC - Crédito Pessoal	327.175	76.377	403.552
Pessoas físicas	4.083	(1.919)	2.164
CDC - Veículos	46	(37)	9
Carteira Comercial	5.295	71.821	77.116
Total	336.599	146.242	482.841
Estágio 3	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2020
CDC - Crédito Pessoal	544.845	129.815	674.660
Pessoas físicas	1.507	2.617	4.124
CDC - Veículos	81	(6)	75
Carteira Comercial	71.016	(19.489)	51.527
Total	617.449	112.937	730.386
Consolidado dos 3 estágios	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2020
CDC - Crédito Pessoal	9.687.813	1.036.251	10.724.064
Pessoas físicas	15.976	(2.350)	13.626
CDC - Veículos	163	(77)	86
Carteira Comercial	1.652.153	223.604	1.875.757
Total	11.356.105	1.257.428	12.613.533

Notas Explicativas



Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2019	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2019
CDC - Crédito Pessoal	7.736.954	1.078.839	8.815.793
Pessoas físicas	11.430	(1.044)	10.386
CDC - Veículos	991	(955)	36
Carteira Comercial	1.045.159	530.683	1.575.842
Total	8.794.534	1.607.523	10.402.057
Estágio 2	Saldo Inicial em 01/01/2019	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2019
CDC - Crédito Pessoal	306.949	20.226	327.175
Pessoas físicas	6.926	(2.843)	4.083
CDC - Veículos	675	(629)	46
Carteira Comercial	14.184	(8.889)	5.295
Total	328.734	7.865	336.599
Estágio 3	Saldo Inicial em 01/01/2019	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2019
CDC - Crédito Pessoal	424.506	120.339	544.845
Pessoas físicas	2.400	(893)	1.507
CDC - Veículos	1.348	(1.267)	81
Carteira Comercial	156.108	(85.092)	71.016
Total	584.362	33.087	617.449
Consolidado dos 3 estágios	Saldo Inicial em 01/01/2019	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2019
CDC - Crédito Pessoal	8.468.409	1.219.404	9.687.813
Pessoas físicas	20.756	(4.780)	15.976
CDC - Veículos	3.014	(2.851)	163
Carteira Comercial	1.215.451	436.702	1.652.153
Total	9.707.630	1.648.475	11.356.105

O Grupo firmou, em 20 de agosto de 2019, uma parceria com uma companhia securitizadora, na qual se compromete a ceder, sem retenção substancial de riscos e benefícios até o valor limite de R\$1,5 bilhão, operações de empréstimo consignado celebradas com aposentados e pensionistas do INSS. O grupo receberá, além do valor pago pela cessão de créditos, uma taxa de serviços referente a administração da carteira, e permanecerá responsável pela adequada formalização dessas operações. Em 30/09/2020 o total da carteira cedida atingiu o montante de R\$1.311.268 e um resultado positivo no período findo em 30 de setembro de 2020 de R\$29.968 (nota 23 (a) "Captação no mercado").

(c) Perda de crédito esperada

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2020
CDC - Crédito Pessoal	323.776	12.701	336.477
Pessoas físicas	461	(136)	325
CDC - Veículos	2	(2)	0
Carteira Comercial	54.184	(884)	53.300
Total	378.423	11.679	390.102
Estágio 2	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2020
CDC - Crédito Pessoal	172.632	46.001	218.633
Pessoas físicas	1.466	(728)	738
CDC - Veículos	6	(4)	2
Carteira Comercial	1.372	2.216	3.588

Notas Explicativas



Total	175.476	47.485	222.961
Estágio 3	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2020
CDC - Crédito Pessoal	473.394	131.021	604.415
Pessoas físicas	1.179	1.689	2.868
CDC - Veículos	74	(3)	71
Carteira Comercial	31.801	(7.027)	24.774
Total	506.448	125.680	632.128
Consolidado dos 3 estágios	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2020
CDC - Crédito Pessoal	969.802	189.723	1.159.525
Pessoas físicas	3.106	825	3.931
CDC - Veículos	82	(9)	73
Carteira Comercial	87.357	(5.695)	81.662
Total	1.060.347	184.844	1.245.191

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2019	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2019
CDC - Crédito Pessoal	285.001	38.775	323.776
Pessoas físicas	507	(46)	461
CDC - Veículos	63	(61)	2
Carteira Comercial	52.956	1.228	54.184
Total	338.527	39.896	378.423

Estágio 2	Saldo Inicial em 01/01/2019	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2019
CDC - Crédito Pessoal	141.262	31.370	172.632
Pessoas físicas	2.609	(1.143)	1.466
CDC - Veículos	114	(108)	6
Carteira Comercial	2.599	(1.227)	1.372
Total	146.584	28.892	175.476

Estágio 3	Saldo Inicial em 01/01/2019	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2019
CDC - Crédito Pessoal	389.596	83.798	473.394
Pessoas físicas	1.891	(712)	1.179
CDC - Veículos	1.245	(1.171)	74
Carteira Comercial	113.775	(81.974)	31.801
Total	506.507	(59)	506.448

Consolidado dos 3 estágios	Saldo Inicial em 01/01/2019	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2019
CDC - Crédito Pessoal	815.859	153.943	969.802
Pessoas físicas	5.007	(1.901)	3.106
CDC - Veículos	1.422	(1.340)	82
Carteira Comercial	169.330	(81.973)	87.357
Total	991.618	68.729	1.060.347

Notas Explicativas



(d) Detalhes por setor de atividade

	30/09/2020	31/12/2019
Setor Privado:		
Indústria	60.213	84.009
Comércio	81.052	119.588
Intermediários financeiros	163.079	119.556
Outros serviços	1.465.014	1.241.393
Pessoas físicas	10.844.175	9.791.559
Total	12.613.533	11.356.105

Por prazo de vencimento

	30/09/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	742.562	5,9%	666.843	5,9%
Vencidos há menos de 14 dias	179.467	1,4%	36.554	0,3%
A vencer:				
Até 30 dias	3.566.926	28,3%	7.431.002	65,4%
De 31 a 60 dias	1.028.321	8,2%	239.827	2,1%
De 61 a 90 dias	371.603	2,9%	184.104	1,6%
De 91 a 180 dias	896.163	7,1%	387.255	3,4%
De 181 a 360 dias	1.246.399	9,9%	545.006	4,8%
Acima de 360 dias	4.582.092	36,3%	1.865.514	16,4%
Total	12.613.533	100%	11.356.105	100%

(e) Movimentação da provisão para perdas por não recuperação (*impairment*)

	30/09/2020	30/09/2019
Saldo em 1º de janeiro	1.060.347	991.618
Adição de provisão	688.581	502.999
Baixa de provisão	(503.737)	(472.301)
Saldo Total	1.245.191	1.022.316

Notas Explicativas

**9 Imobilizado**

Os ativos tangíveis do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e não é parte de qualquer contrato de arrendamento financeiro findos em 30/09/2020 e 31/12/2019.

Movimentação do ativo imobilizado:

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado.

	Terrenos e edificações	Sistema de processamento de dados	Instalações, móveis e equipamento de uso	Sistema de comunicação	Sistema de transporte	TOTAL
Em 31/12/2019						
Custo	16.686	140.644	147.018	1.723	8.376	314.447
Depreciação acumulada	(12.972)	(74.958)	(80.517)	(564)	(4.155)	(173.166)
Saldo contábil, líquido	3.714	65.686	66.501	1.159	4.221	141.281
Em 30/09/2020						
Saldo inicial	3.714	65.686	66.501	1.159	4.221	141.281
Adições		17.307	5.593	184	786	23.870
Baixas		(7.884)	(1.332)	(9)	(132)	(9.357)
Depreciação	(1)	(16.667)	(7.781)	(97)	(956)	(25.502)
Custo	16.686	150.067	151.279	1.898	9.030	328.960
Depreciação acumulada	(12.973)	(91.625)	(88.298)	(661)	(5.111)	(198.668)
Saldo contábil, líquido	3.713	58.442	62.981	1.237	3.919	130.292

Não há compromisso contratual para compra de imobilizado, também não foi dado em garantia nenhum ativo imobilizado.

10 Intangível

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	1.030.631	1.002.057
Ágio na aquisição de controlada	7.137	9.667
(Adição/Baixa)		
Outros Intangíveis (Adição/Baixa)	123.953	18.990
Saldo em no final do período	1.161.721	1.030.631
	30/09/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição de controlada	1.018.777	1.011.640
Outros Intangíveis	142.944	18.991
Saldo contábil, líquido	1.161.721	1.030.631

Notas Explicativas



Em 18 de agosto de 2011, com a aquisição do Banco BCV S.A. , foi apurado um ágio no montante de R\$995.582. O ágio apurado na aquisição do Banco BCV S.A. é alocado integralmente ao segmento de varejo.

Análise do valor recuperável:

Conforme estudo realizado, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 30/09/2020. O valor recuperável dos ágios foi calculado com base do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de resultado, com base no orçamento de 5 anos, aprovado pela administração. Na previsão de resultados foram consideradas taxas de desconto sensibilizadas de 10% a 15% e perpetuidade sensibilizadas de 3% a 5%.

11 Passivos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco, em 30/09/2020 e 31/12/2019 está demonstrada abaixo:

30/09/2020			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Depósitos de clientes (nota 14)		12.066.376	12.066.376
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 12)		761.154	761.154
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 13)		788.648	788.648
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 15)		2.459.616	2.459.616
Dívida e letras financeiras subordinadas (nota 16)		132.359	132.359
Outros passivos financeiros (nota 17)		573.028	573.028
Operações compromissadas	1.711.150		1.711.150
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	86.261		86.261
Total	1.797.411	16.781.181	18.578.592
Circulante	1.761.533	6.679.730	8.441.263
Não circulante	35.878	10.101.451	10.137.329

31/12/2019			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Depósitos de clientes (nota 14)		10.169.228	10.169.228
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 12)		505.589	505.589
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 13)		712.225	712.225
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 15)		667.446	667.446
Dívida e letras financeiras subordinadas (nota 16)		850.685	850.685
Outros passivos financeiros (nota 17)		614.963	614.963
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	130.857		130.857
Total	130.857	13.520.136	13.650.993
Circulante	95.183	5.695.739	5.790.922
Não circulante	35.674	7.824.397	7.860.071

Notas Explicativas

**12 Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros**

	30/09/2020	31/12/2019
Obrigações por empréstimos (cessões com coobrigação)	761.154	505.589
Total	761.154	505.589
Circulante	170.706	294.055
Não Circulante	590.448	211.534

13 Obrigações por empréstimos e repasses

	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos no exterior	282.128	201.552
Compromissos a pagar – FGC (*)	497.421	491.207
Repasses País – Finame / Crédito Rural	9.099	19.466
Total	788.648	712.225
Circulante	291.227	221.018
Não Circulante	497.421	491.207
Prazos:		
Até 30 dias	496	14.432
De 61 a 90 dias		201.552
De 91 a 180 dias	282.128	
De 181 a 360 dias	8.603	5.034
Após 360 dias		491.207
Total	788.648	712.225

(*) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

14 Depósito de Clientes

	30/09/2020	31/12/2019
Depósito à vista	95.349	67.289
Depósitos interfinanceiros	37.398	53.400
Depósito a prazo	11.901.875	10.048.539
Outros Depósitos	31.754	
Total	12.066.376	10.169.228
Circulante	3.525.540	3.710.387
Não Circulante	8.540.836	6.458.841

Notas Explicativas



Prazos							
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Em 30/09/2020							
Depósito à vista	95.349						95.349
Depósitos interfinanceiros	2.077			27.575		7.746	37.398
Depósito a prazo	963.652	326.686	453.019	748.632	876.796	8.533.090	11.901.875
Outros Depósitos	31.754						31.754
Em 31/12/2019							
Depósito à vista	67.289						67.289
Depósitos interfinanceiros	5.099		33.505	5.224	2.025	7.547	53.400
Depósito a prazo	446.116	215.212	196.270	729.134	2.010.513	6.451.294	10.048.539

15 Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras

	30/09/2020	31/12/2019
Letras Financeiras	2.353.511	534.447
Letras de Crédito Agronegócio	49.981	83.850
Letras de Crédito Imobiliário	56.124	49.149
Total	2.459.616	667.446
Circulante	2.227.643	214.963
Não Circulante	231.973	452.483
Prazos		
	30/09/2020	31/12/2019
Até 30 dias	27.113	31.180
De 31 a 60 dias	53.480	40.739
De 61 a 90 dias	28.407	17.783
De 91 a 180 dias	51.215	48.118
De 181 a 360 dias	2.067.428	77.143
Após 360 dias	231.973	452.483
Total	2.459.616	667.446

Notas Explicativas

**16 Dívida e letras financeiras subordinadas**

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de juros (a.a.)	30/09/2020	31/12/2019
Exterior (i)						
Dívida subordinada (Dólar)	Ago-2010	Ago-2020	US\$	8,88%		721.258
No País (ii):						
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	R\$	124% do CDI	5.443	5.293
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	R\$	122% do CDI	12.776	12.429
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	R\$	124% da SELIC	1.005	1.032
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	R\$	IPCA + 6,60% a 6,67% 126% a 130% da SELIC	111.929	109.438
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	R\$	126% da SELIC	1.206	1.235
Total					132.359	850.685
Circulante						721.258
Não Circulante					132.359	129.427

(i) Captação efetuada mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.192, de 1º/3/2013; e;

(ii) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco BMG.

O grupo realizou a liquidação e pagamento de principal e juros das dívidas subordinadas emitidas no exterior, com vencimento em 05 de novembro de 2019 e 05 de agosto de 2020, no montante de R\$977.894 e R\$ 899.763, respectivamente.

17 Outros passivos financeiros

	30/09/2020	31/12/2019
Obrigações sociais e estatutárias	104.270	189.581
Compromissos a pagar - Cartão	157.011	153.652
Cartão - Transações parceladas sem juros	160.959	144.828
Operações de arrendamento (nota 2.21 (a))	143.643	120.784
Outros credores	7.145	6.118
Total	573.028	614.963
Circulante	464.614	534.058
Não Circulante	108.414	80.905

Notas Explicativas

**18 Provisões**

	Provisões tributárias e previdenciárias (i)	Provisões trabalhistas (ii)	Reclamações cíveis (iii)	Total
Saldo no início do exercício – 2019	29.189	110.582	300.183	439.954
Constituição	10.456	29.773	249.898	290.127
(Reversão/Utilização)	(1.770)	(36.615)	(72.771)	(111.156)
Saldo no final do exercício – 2019	37.875	103.740	477.310	618.925
Constituição	18.196	26.369	249.399	293.964
(Reversão/Utilização)	(5.470)	(50.947)	(234.466)	(290.883)
Saldo no final do período – 2020	50.601	79.162	492.243	622.006

	Tributárias e previdenciárias	Trabalhistas	Reclamações cíveis	Total
30/09/2020				
Provisões	50.601	79.162	492.243	622.006
Depósitos judiciais	(106.516)	(30.771)	(267.806)	(405.093)
31/12/2019				
Provisões	37.875	103.740	477.310	618.925
Depósitos judiciais	(96.602)	(34.270)	(243.455)	(374.327)

O Grupo é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.14. A Administração do Grupo entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O Grupo, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvidos em contingências conforme segue: a) Ativos contingentes - Não existem ativos contingentes contabilizados; b) Passivos contingentes – São classificados e demonstrados juntamente de seus depósitos judiciais, conforme segue:

(i) Provisão para riscos fiscais - As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais e tributárias avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$621.995 (31/12/2019 – R\$460.351), sendo que estas ações referem-se principalmente a processos judiciais de tributos federais.

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

Os principais questionamentos são:

- CSLL – Lei 7.689/88: decisão judicial transitada em julgado que declarou o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos em que foi instituída pela Lei 7.689/88;
- IRPJ/IRRF/CSLL 2014 e 2015: questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;

Notas Explicativas



- c) PIS e COFINS – Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: discute-se a dedução das perdas com créditos nos termos da Lei 9.718/98;
- d) INSS – Verbas não Remuneratórias: questiona o recolhimento da parcela patronal sobre as participações dos Administradores, nos termos da Lei nº 8.212/91, depositados judicialmente com risco possível;
- e) SAT – Lei nº 11.430/06: discute-se a inconstitucionalidade e ilegalidade do SAT nos termos do artigo 21-A da Lei nº 8.213/91, introduzido pela Lei nº 11.430/06, com o consequente reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue as Associadas da Autora ao cumprimento de tais dispositivos, mantendo-se as redações originais regulamentares e legais.

(ii) **Provisões Trabalhistas** – A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido, fase processual e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência e outros.

Os processos contingentes de ações trabalhistas avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, e não há risco estimado para 30 de setembro 2020, (31/12/2019 – R\$6). A redução do risco estimado refere-se a encerramento de processos.

(iii) **Provisões Cíveis** - A provisão dos casos cíveis individualizados, processos com características peculiares, é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Os processos contingentes de ações cíveis avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$622.958 (31/12/2019 – R\$598.336), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças.

19 Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os valores de compensação são os seguintes:

	30/09/2020	31/12/2019
Ativo de imposto diferido		
A ser recuperado em até 12 meses	228.466	525.269
A ser recuperado depois de 12 meses	2.230.075	1.809.628
Total de ativo de imposto diferido (i)	2.458.541	2.334.897
Passivo de imposto diferido		
A ser liquidado em até 12 meses	142.151	49.135
Total de passivo de imposto diferido	142.151	49.135
Ativo de imposto diferido líquido	2.316.390	2.285.762

Notas Explicativas



(i) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/09/2020	31/12/2019
Créditos tributários		
Sobre adições temporárias	2.013.861	1.935.144
Sobre prejuízos fiscais / base negativa	776.706	788.785
Contribuição social - MP 2.158/35	547	622
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de prática contábil entre BACEN GAAP e IFRS	(332.573)	(389.654)
Total de ativo de imposto diferido	2.458.541	2.334.897

Os créditos oriundos de diferenças temporárias ou prejuízos fiscais / bases negativas foram registrados pelo Grupo.

O Grupo adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas. Em 2020, esses saldos têm as seguintes características:

- O Grupo possui base de prejuízo fiscal para fins de Imposto de Renda no montante de R\$1.854.189 (31/12/2019 – R\$1.879.870) e de base negativa de contribuição social no montante de R\$1.684.898 (31/12/2019 – R\$1.704.712) e Crédito de Contribuição Social – MP 2.158-35 de R\$547 (31/12/2019 – R\$622) que serão recuperados segundo expectativa de projeção de lucros tributáveis futuros.
- Os créditos tributários relacionados a adições temporárias referem-se principalmente a contingenciamentos discutidos judicialmente cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

(a) A movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	30/09/2020				
	CS MP 2.158- 35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Outros	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	622	1.935.144	788.785	(389.654)	2.334.897
Constituição	(75)	474.844	1.718		476.487
(Reversão/ Utilização)		(396.127)	(13.797)	57.081	(352.843)
Saldo final em 30 de setembro de 2020	547	2.013.861	776.706	(332.573)	2.458.541

	31/12/2019				
	CS MP 2.158- 35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Outros	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	547	1.613.572	705.125	(287.571)	2.031.673
Constituição	75	550.476	99.383		649.934
(Reversão/ Utilização)		(228.904)	(15.723)	(102.083)	(346.710)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	622	1.935.144	788.785	(389.654)	2.334.897

Notas Explicativas



Os efeitos decorrentes dos ajustes de prática contábil estão incluídos na coluna de "Outros".

(b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

	30/09/2020		30/09/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do IR/CS	289.871	289.871	297.825	297.825
Juros sobre capital próprio	(60.040)	(60.040)	(113.568)	(113.568)
Participações estatutárias	(46.672)	(46.672)	(17.804)	(17.804)
Adições (exclusões) permanentes:				
Inovação tecnológica - Lei 11.196/05	(31.764)	(31.764)		
Outros	(60.905)	(61.788)	10.886	3.659
Base de cálculo	90.490	89.607	177.339	170.112
Alíquota base	13.574	17.921	26.601	25.517
Alíquota adicional	9.049	0	17.734	0
Despesa (Receita) com Imposto de Renda e Contribuição Social	22.623	17.921	44.335	25.517

20 Outros passivos

	30/09/2020	31/12/2019
Credores diversos	629.661	427.898
Obrigações de Operações de Seguros	512.433	531.506
Provisão para pagamentos a efetuar	300.204	190.487
Total – Circulante	1.442.298	1.149.891
Circulante	1.046.148	739.047
Não Circulante	396.150	410.844

21 Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.742.572, representado por 591.474.531 (quinhentos e noventa e uma milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil e quinhentos e trinta e uma) ações, das quais 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 191.467.177 (cento e noventa e uma milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e cento e setenta e sete) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 24 de outubro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social do Banco, no montante de R\$1.200.000, em decorrência da oferta primária de 103.448.277 (cento e três milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil e duzentas e setenta e sete) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 1 de novembro de 2019, o Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital.

Em 28 de outubro de 2019, o Banco BMG finalizou sua Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações. As ações foram negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço unitário de R\$11,60 por ação. Com a concretização da Oferta Pública de Ações, o Banco BMG captou um total de R\$1.391.304, dos quais R\$1.200.000, oriundos de emissão primária de ações, foram destinados para aumento de capital social do Banco BMG, sendo que os custos de emissão de ações foram de R\$37.944, líquidos dos efeitos tributários. A geração de caixa totalizou o montante de R\$1.136.760, líquidos de despesas com comissões, honorários e impostos.

Notas Explicativas



Em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração do Banco BMG, deliberou e aprovou a abertura do Programa de Recompra de Ações do Banco ("Programa de Recompra"), que passou a vigorar em 11 de dezembro de 2019, sendo autorizada a aquisição de até 11.994.003 (onze milhões, novecentos e noventa e quatro mil e três) ações preferenciais de emissão própria, nominativas, escriturais, sem valor nominal e sem redução do valor do capital social do Banco, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15. As operações de aquisições foram efetuadas em bolsa de valores, a valor de mercado, no período de 11 de dezembro de 2019 à 18 de março de 2020, quando Banco encerrou, por antecipação, o programa de recompra.

Em reunião realizada em 18 de março de 2020, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 11.981.100 (onze milhões, novecentos e oitenta e um mil e cem) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019. Com isso, o Banco encerrou nesta mesma data, por antecipação, o programa de recompra de ações de emissão própria aprovado na reunião do Conselho de Administração de 10 de dezembro de 2019.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10.700.112 (dez milhões, setecentos mil e cento e doze) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15. As operações de aquisições serão efetuadas em bolsa de valores, a valor de mercado, no período de 18 de março de 2020 à 17 de março de 2021.

Ações em tesouraria				
	Ações em tesouraria 31/12/2019	Aquisição de ações de emissão própria	Cancelamento de ações de emissão própria	Ações em tesouraria 30/09/2020
Quantidade		15.573.600	(11.981.100)	3.592.500
Saldo em milhares de reais		(107.197)	93.400	(13.797)

Movimentação na quantidade ações			
	31/12/2019	Cancelamento	30/09/2020
Ordinária	400.007.354		400.007.354
Preferencial	203.448.277	(11.981.100)	191.467.177
Saldo	603.455.631		591.474.531

Quantidade de ações em circulação			
	Ordinária	Preferencial	Total
Em 31/12/2019	1.251.558	119.868.924	121.120.482
Cancelamento de ações em tesouraria		(11.981.100)	(11.981.100)
Variação em ações em tesouraria		(3.592.500)	(3.592.500)
Variação das ações detidas por controladores e administradores		(366.800)	(366.800)
Em 30/09/2020	1.251.558	103.928.524	105.180.082

Notas Explicativas

**(b) Outros Resultados Abrangentes**

Em setembro de 2020 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor negativo de R\$ 53.093 (30/09/2019 – positivo em R\$ 1.205). O saldo em 30/09/2020 é negativo em R\$28.494 (31/12/2019 – positivo em R\$24.599) e refere-se principalmente ao *Hedge* Fluxo de Caixa.

(c) Reservas de lucros

	30/09/2020	31/12/2019
Reserva de Lucros		
Legal	111.379	98.739
Incentivos fiscais	5.894	5.894
Estatutária	393.573	501.298
Total	510.846	605.931

As movimentações ocorridas nas reservas de lucros referem-se à constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido do exercício e, do restante não distribuído para reserva estatutária, conforme descrito abaixo.

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Incentivos fiscais: Oriundas dos valores das opções por incentivos fiscais de imposto de renda.

(d) Juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Em 30 de setembro de 2020, foi provisionado o montante de R\$60.040 a título de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento será definido e deliberado em Assembleia de acionistas.

(e) Prejuízos acumulados

Os ajustes referentes às diferenças entre as práticas contábeis BRGAAP e IFRS que tiveram impacto no balanço patrimonial, tiveram suas contrapartidas nesta rubrica. Adicionalmente, transitam nesta rubrica os lucros dos referidos exercícios.

22 Lucro por ação**(a) Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

Notas Explicativas



Lucro por ação	30/09/2020	30/09/2019
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	252.302	227.876
Quantidade média ponderada de ações emitidas	592.018.935	500.007.354
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,4262	0,4557

23 Resultado**(a) Receitas e despesas de juros**

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas de juros e rendimentos similares:

	2020	2019
Receita de juros e rendimentos similares	2.953.282	2.583.476
Juros sobre operações de crédito	2.798.922	2.406.194
Juros sobre outros empréstimos recebíveis	11.089	38.662
Juros e marcação a mercado de outros ativos financeiros	143.271	138.620
Despesa de juros e encargos similares	(717.591)	(1.049.615)
Captação no mercado	(72.853)	(289.029)
Empréstimos e repasses	(16.366)	(31.352)
Depósitos a prazo	(628.372)	(729.234)
Total	2.235.691	1.533.861

(b) Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros

	2020	2019
Resultado de ajuste de Swap/Termo/Opções	(412.225)	(34.421)
Resultado de operações com futuro	413.673	157.112
Total	1.448	122.691

(c) Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Salários e encargos sociais	(226.041)	(154.334)
Benefícios	(99.319)	(49.558)
Treinamento	(3.051)	(2.112)
Depreciação e amortização	(42.095)	(20.217)
Marketing	(89.526)	(73.632)
Promoções e relações públicas	(10.497)	(9.961)
Comunicações	(30.724)	(21.857)
Processamento de dados	(76.379)	(54.730)
Seguros	(3.022)	(4.862)
Serviços de terceiros	(104.598)	(91.603)
Serviços técnicos especializados	(184.633)	(147.881)
Materiais diversos	(6.056)	(6.564)
Taxas e emolumentos bancários	(17.632)	(5.024)
Transportes	(6.075)	(5.568)
Viagens	(5.802)	(11.642)
Aluguéis	(21.199)	(15.476)
Outras despesas administrativas	(60.237)	(49.112)
Total	(986.886)	(724.133)

Notas Explicativas**(d) Despesas tributárias**

Em 30/09/2020, o saldo total de despesas tributárias foi de R\$116.540 (2019 – R\$93.395). Este valor refere-se basicamente a despesas de PIS (Programa de Integração Social) no montante de R\$14.427 (2019 – R\$11.724) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) no montante de R\$89.936 (2019 – R\$70.090).

(e) Outras receitas e despesas operacionais

	2020	2019
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	4.544	34.003
Variação monetária ativa	10.559	3.933
Receita com operações de seguro	71.938	54.785
Resultado na alienação de participação societária	44.042	
Outras	44.713	41.807
Total	175.796	134.528
Outras despesas operacionais		
Variação monetária e cambial passiva	(5.777)	(2.643)
Despesas de cobranças	(10.914)	(1.129)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(66.449)	(63.780)
Despesas de provisões operacionais (i)	(273.232)	(160.168)
Outras	(129.836)	(168.631)
Total	(486.208)	(396.351)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	(310.412)	(261.823)

(i) Na rubrica “Despesa de provisões operacionais” está registrada, basicamente, despesas de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

24 Receitas de prestação de serviços

No período findo em 30/09/2020, o saldo referente a receitas de prestação de serviços foi de R\$73.937 (2019 – R\$114.202). O saldo refere-se basicamente a rendas de tarifas bancárias de R\$12.329 (2019 – R\$10.678), receita de comissão de seguros de R\$ 389 (2019 – R\$62.830) e receita com intercâmbio de cartões R\$20.307 (2019 – R\$17.530).

25 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos pagos e os dividendos propostos em 30/09/2020 e 2019 foram calculados pelas práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as demonstrações individuais do Banco BMG S.A. conforme demonstradas a seguir:

	30/09/2020	30/09/2019
Lucro líquido BRGAAP	252.802	204.947
Constituição da reserva legal (5%)	(12.640)	(10.247)
Base de cálculo dos dividendos	240.162	194.700
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	60.041	48.675

Assim, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

Notas Explicativas

**26 Transações com partes relacionadas**

(a) As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa) 30 de setembro	
	2020	2019	2020	2019
Partes Relacionadas				
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	439.487	183.625	9.715	5.949
Operações de crédito				
Pessoal chave da Administração	2.678	2.754	184	46
Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas	34.728	20.572	2.479	1.355
Rendas a Receber				
Banco Cifra S.A.	1.524			
Banco BCV S.A.	2.546			
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	3.751	2.476		
Cifra S.A. Créd. Fin. Invest.	19	19		
Outros Créditos				
Banco Cifra S.A.		312		
Banco BCV S.A.	2.370	14.022		
Serviços de Cobrança				
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.	63	78		
Depósitos à vista				
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(160)	(944)		
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	(51)			
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda	(34)	(41)		
Help Franchising	(125)	(417)		
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda	(492)	(1.004)		
ME Promotora de Vendas Ltda	(350)	(414)		
BMG Soluções Eletrônicas S. A	(5)	(10)		
Bmg Participações Em Negócios Ltda	(165)	(98)		
Cmg Corretora De Seguros	(145)	(183)		
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	(25)	(2.228)		
Depósitos interfinanceiros				
Banco BCV S.A.	(990.044)	(953.879)	(23.493)	(42.958)
Banco Cifra S.A.	(614.207)	(602.752)	(14.675)	(26.746)
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(848.760)	(341.938)	(11.239)	(7.589)
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	(9.572)	(9.664)	(232)	(498)
Depósitos a prazo				
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda	(6.764)	(8.772)	(157)	(358)
Help Franchising	(14.590)	(11.978)	(302)	(509)
ME Promotora de Vendas Ltda	(7.221)	(7.554)	(188)	(278)
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda	(588.692)	(1.128)	(9.869)	(3.895)
BMG Soluções Eletrônicas S. A	(377)	(368)	(16)	(29)
Bmg Participações Em Negócios Ltda	(23.960)	(865)	(296)	(50)
Cmg Corretora De Seguros	(8.585)	(6.953)	(188)	(363)
Obrigações por letras financeiras				
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda	(409.180)		(15.021)	
Outras obrigações				
BMG Bank (Cayman) Ltd.		(1.819)		
Banco Cifra S.A.	(15)			
Banco BCV S.A.	(1.257)	(10.176)		
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	(2)	(165)		
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.	(314)	(395)		

(b) Benefícios de curto prazo a administradores

	2020	2019
--	------	------

Notas Explicativas

Remuneração	18.907	11.108
Contribuição INSS	4.254	2.500
Total	23.161	13.608

(c) Pagamento baseado em ações

Com objetivo de estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo e alinhamento entre interesses de colaboradores, diretores e acionistas do Grupo BMG possibilitando a Companhia atrair e reter talentos, maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável, foi implantando em 2020 um Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, cuja supervisão, planejamento e controle compete ao Conselho de Administração.

Este programa permite que diretores e demais colaboradores elegíveis recebam ações preferenciais de emissão da Companhia "BMGB4", como um incentivo de longo prazo compondo suas respectivas remunerações variáveis ("Performance Shares Units" ou "PSU"), observadas, quando aplicáveis, as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10, o Pronunciamento Técnico CPC 10 "Pagamento Baseado em Ações" e a Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A quantidade de ações a ser outorgadas no âmbito do presente plano não ultrapassará 10% das ações em circulação na data de 18 de março de 2020 e serão avaliadas de acordo com a média ponderada do preço de fechamento da ação nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da apuração do PSU.

Como efeito a implantação do Plano de Incentivo de Longo Prazo, o Banco reconheceu em Reservas de Capital o montante de R\$2.670, para pagamento referente ao exercício de 2020, com data de pagamento a partir do exercício de 2021 mediante deliberação em Assembleia de acionistas.

(d) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução nº 4.693, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante ao atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco BMG estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo do Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido a disposição do Banco Central do Brasil.

(d) Participação acionária

Os membros do conselho de administração e da diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no BMG em 30/09/2020:

	Ações ordinárias e preferenciais	
	Quantidade	%
Membros do Conselho / Diretoria Executiva	210.354.816	35,6%
Outros	381.119.715	64,4%
Total	591.474.531	100%

27 Outras informações**(a) Compromissos e Garantias**

Notas Explicativas



Os avais e fianças prestadas pelo grupo a clientes montam R\$293.600 (31/12/2019 – R\$330.687) e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.

(b) Eventos Subsequentes

- i. Conforme Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, o Grupo Financeiro BMG foi objeto de medida de busca e apreensão em decorrência dos desdobramentos da Operação “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, investigando supostos ilícitos relacionados a crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem tributária que teriam sido alegadamente praticados por determinados dirigentes do Banco no período entre 2014 e 2016.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi deliberado pela criação de um Comitê Especial nomeado ad hoc para conduzir uma análise profunda e detalhada relativas à denúncia, formado por cinco membros, sendo três membros independentes e dotado de recursos humanos e financeiros próprios conforme seja necessário para o irrestrito e completo cumprimento de suas atribuições. Nesse contexto, foi contratado escritório advocatício especializado em investigações corporativas e uma empresa especializada em auditoria forense.

O propósito da investigação é a identificação de eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os consequentes eventuais impactos sobre os controles internos e as demonstrações financeiras do Banco. Os trabalhos do Comitê Especial, do escritório advocatício e da auditoria forense estão em andamento, não sendo possível antecipar quaisquer resultados até momento.

- ii. Em 03 de novembro de 2020, diante do cumprimento de todas as condições suspensivas, foi consumada a operação prevista no contrato de compra e venda de quotas da CMG Corretora de Seguros Ltda, celebrado em 06 de agosto de 2020, conforme nota explicativa 4.10.

(c) Outras Informações

i. Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Com objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Conglomerado BMG, ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

ii. Impactos da pandemia decorrente do COVID 19 (Coronavírus)

Em consonância com o Ofício n.º 02/2020 emitido pela CVM, diante da pandemia de COVID-19, o grupo está pensando em todos e por isso vem tomando todas as medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

Mais do que tomar todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, o grupo adaptou sua forma de relacionamento com os clientes, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

O relacionamento com seus principais parceiros se refinou ainda mais, com destaque para as adaptações no formato de atendimento e formalização, criando assim uma nova alternativa perene na originação dos produtos.

Para clientes, o grupo estendeu benefícios focados nas necessidades do momento. O Volta pra Mim Farmácia - no qual ao utilizar os cartões BMG de débito ou crédito em farmácias, os clientes têm parte do dinheiro gasto de volta para a conta – segue até o final de agosto. Além disso, o grupo realizou uma parceria com a rede de farmácia Pague Menos para desconto de até 30% ao apresentar o cartão de crédito BMG.

Notas Explicativas



Para os colaboradores, o grupo reforçou seu compromisso com a transformação, estendendo o modelo de home office do corporativo até o final do ano.

A rápida resposta e adaptação do grupo diante de um momento tão sensível, só foi possível devido ao forte processo de transformação e modernização em andamento.

Notas Explicativas

**ANEXO I - Demonstração Consolidada do Valor Adicionado**

A demonstração consolidada do valor adicionado a seguir não é exigida pelas normas em IFRS, mas estão sendo apresentadas como informações complementares, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com as normas em IFRS.

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
1 – Receitas	2.596.540	2.561.319
Intermediação financeira	2.954.730	2.706.167
Prestação de serviços	73.937	114.202
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(688.581)	(502.999)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	79.566	109.334
Outras receitas operacionais	175.796	134.528
Não operacionais	1.092	87
2 – Despesas	1.203.799	1.445.966
Despesas da intermediação financeira	717.591	1.049.615
Outras despesas operacionais	486.208	396.351
Não operacionais		
3 – Insumos adquiridos de terceiros	595.181	482.436
Materiais, energia e outros	75.117	72.180
Serviços de terceiros	104.598	91.603
Outros	415.466	318.653
Comunicação	30.724	21.857
Propaganda, promoções e publicidade	100.023	83.593
Processamento de dados	76.379	54.730
Serviços técnicos especializados	184.633	147.881
Taxas e emolumentos bancários	17.632	5.024
Transporte	6.075	5.568
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	797.560	632.917
5 – Depreciação e amortização	42.095	20.217
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	755.465	612.700
7 – Valor adicionado recebido em transferência	556	
Resultado de equivalência patrimonial	556	
8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7)	756.021	612.700
9 – Distribuição do valor adicionado	756.021	612.700
9.1 Pessoal	328.411	206.004
Remuneração direta	174.117	117.273
Benefícios	102.370	51.670
Encargos Sociais	51.924	37.061
9.2 Impostos, contribuições e taxas	157.084	163.247
Federais	148.896	159.383
Estaduais	1.628	
Municipais	6.560	3.864
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	21.199	15.476
Aluguéis	21.199	15.476
9.4 Remuneração de capitais próprios	249.327	227.973
Lucros retidos do período	249.327	227.973

* * *

Marco Antonio Antunes
(Diretor Executivo Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores)

Paulo Augusto de Andrade
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Damiana Abreu da Silva
CRC - 1SP251315/O-1
(Contadora Responsável)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco BMG S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco BMG S.A. (“Banco”) e suas controladas (“Consolidado”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme mencionado na Nota 27 (b) (i) às informações contábeis intermediárias consolidadas, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação denominada “Descarte”, a administração do Banco tomou conhecimento de supostos ilícitos por parte de certos administradores e ex-administradores. Em decorrência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, foi constituído um Comitê Especial específico e contratados especialistas independentes para conduzir investigações relacionadas às alegações e identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os consequentes eventuais impactos sobre os controles internos e as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco.

Considerando que as ações relacionadas à investigação deste assunto estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente não foi possível determinar eventuais impactos ou a necessidade de divulgações adicionais relacionadas a este assunto sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas de 30 de setembro de 2020.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de novembro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos administradores e acionistas
Banco BMG S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco BMG S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme mencionado na Nota 28 (c) (i) às informações contábeis intermediárias, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação denominada "Descarte", a administração do Banco tomou conhecimento de supostos ilícitos por parte de certos administradores e ex-administradores. Em decorrência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, foi constituído um Comitê Especial específico e contratados especialistas independentes para conduzir investigações relacionadas às alegações e identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os consequentes eventuais impactos sobre os controles internos e as informações contábeis intermediárias do Banco.

Considerando que as ações relacionadas à investigação deste assunto estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente não foi possível determinar eventuais impactos ou a necessidade de divulgações adicionais relacionadas a este assunto sobre as informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2020.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de novembro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal do Banco BMG, após exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras intermediárias referentes ao período findo em setembro de 2020, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, concluíram que todos os elementos apreciados, considerando o relatório com ressalvas da PwC Auditores Independentes, refletem a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período.

São Paulo, 16 de novembro de 2020

Roberto Faldini
Conselheiro Coordenador

Fernando Antônio Fraga Ferreira
Conselheiro

Flávio de Sousa Franco
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco BMG S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias do Banco, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020.

São Paulo, 16 de novembro de 2020.

Diretores

Marco Antonio Antunes

Flávio Pentagna Guimarães Neto

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os diretores do Banco BMG S.A., DECLARAM, através da presente, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020 divulgadas nesta data, bem como que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, referente ao período findo em 30 de setembro de 2020.

São Paulo, 16 de novembro de 2020.

Diretores

Marco Antonio Antunes

Flávio Pentagna Guimarães Neto